cyan magenta amarelo preto

JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2023.05.04 07:12:24 -03'00'

Diário do Acionista

ANO VII • Edição simultânea: Rio de Janeiro e São Paulo • Quinta-feira, 4 de maio de 2023 • Nº 1552 • R$ 1,00

www.diariodoacionista.com.br

Arnaldo Niskier

Academia ganha novo filólogo

PÁGINA 7

JUROS EXTORSIVOS

BC mantém taxa Selic em 13,75% ao ano

O Copom (Comitê de Política Monetária) do Banco Central não alterou sua estratégia nesta quarta-feira e manteve a taxa básica de juros (Selic) em 13,75% ao ano, em sua primeira decisão após a apresentação do novo arcabouço fiscal que deve substituir o teto de gastos pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT). A decisão do colegiado do BC veio em linha com a projeção consensual do mercado financeiro de que os juros ficariam estáveis pela sexta vez consecutiva -a terceira desde que Lula tomou posse. Levantamento feito pela Bloomberg mostrou que essa era a expectativa praticamente unânime entre os analistas consultados -apenas um apostava em redução de 0,25 ponto percentual. A desaceleração da inflação indicada pelo IPCA-15 (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15) em abril intensificou o debate público sobre a política monetária adotada pelo BC. PÁGINA 2

CRIME NA PANDEMIA

STJ mantém no tribunal investigação contra Castro

A Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu, ontem, que um processo aberto contra o governador do RJ, Cláudio Castro, será julgado pelo tribunal. Na sessão, por 8 votos a 4, o colegiado atendeu ao recurso da defesa de Castro para manter o processo no STJ. A investigação trata da suposta compra de respiradores e outros equipamentos médicos superfaturados em compras destinadas ao combate à pandemia de Covid-19, em 2020. Na época, o estado era chefiado pelo ex-governador Wilson Witzel e tinha Castro na condição de vice. Antes da decisão proferida ontem, o ministro Benedito Gonçalves, em decisão individual, determinou que o caso fosse enviado à segunda instância da Justiça Federal no Rio.

GRANDE DIA!

Moraes: Bolsonaro sabia de fraude em cartão de vacinas

ALAN SANTOS/PR

A Polícia Federal e o ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal), afirmam que o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) (**foto**) sabia do esquema de fraude em cartões de vacinação da Covid-19. Em representação encaminhada a Moraes, a PF aponta o tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, como principal articulador do esquema. Segundo a PF, Bolsonaro tinha ciência da inserção fraudulenta dos dados no sistema do Ministério da Saúde. "Jair Bolsonaro, Mauro Cid e, possivelmente, Marcelo Câmara tinham plena ciência da inserção fraudulenta dos dados de vacinação, se quedando inertes em relação a tais fatos até o presente momento", diz a PF. A polícia cita como indícios do conhecimento de Bolsonaro o fato de o certificado de vacinação do ex-presidente ter sido emitido nos dias 22 e 27 de dezembro de dentro do Palácio do Planalto. Em decisão que autorizou a busca e apreensão ontem na casa do ex-presidente e da ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro, além da prisão contra alguns de seus mais próximos ex-assessores, Moraes disse não ser crível que Mauro Cid tenha articulado o esquema à revelia e anuência de Bolsonaro. O ministro afirma que, no atual estágio das investigações, não daria para acreditar nessa posição, mesmo tendo reconhecido a existência de comprovação da materialidade da inserção de dados falsos de Bolsonaro e sua filha no sistema do Ministério da Saúde (ConecteSus). PÁGINA 7

TRANSPORTE

Juíza mantém a proibição aos 'tuk-tuks' nas ruas de SP

A Justiça de SP manteve a proibição aos tuk-tuks na capital paulista. A empresa Grilo, que opera um aplicativo de transporte que usa os triciclos elétricos, havia entrado com um mandado de segurança contra o veto da prefeitura, alegando que a medida era ilegal. Segundo a juíza Patricia Persicano Pires, da 16ª Vara da Fazenda Pública, a proibição não foi feita com a intenção de inviabilizar a concorrência ou a livre iniciativa, como a empresa alegou, mas de trazer "um mínimo de regulamentação" ao tema. A empresa argumentava que a suspensão não tinha validade, uma vez que a prefeitura usou como base um decreto que proíbe o uso de motocicletas -e não triciclos- para o transporte por aplicativo. PÁGINA 8

AMAZÔNIA

MARCELO CAMARGO/ABRASIL

Decreto vai gerar investimentos em bionegócios na AM

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (**foto**) assinou, nesta quarta-feira, o decreto de qualificação da organização social que vai gerir o Centro de Bionegócios da Amazônia (CBA). O objetivo da medida é agregar valor e impulsionar novos negócios baseados nos recursos naturais da região. Para o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, a atuação mais ampla do CBA resultará em investimentos, produtos, empregos, renda e desenvolvimento local e regional. Durante a cerimônia de assinatura do decreto no Palácio do Planalto, Alckmin destacou o potencial da biodiversidade da Amazônia em áreas como farmacêutica, química, cosmética e alimentícia. PÁGINA 2

INDICADORES

IBOVESPA: -0,13% / 101.797,09 / -129,86 / Volume: R$ 20.270.491.503 / Negócios: 3.650.227

Maiores Altas

	Preço	%	Oscil.
GOLL4	6.92	+4.53	+0.30
LWSA3	5.40	+2.66	+0.14
AZUL4	11.30	+3.86	+0.42
DXCO3	6.04	+5.78	+0.33
BRFS3	6.32	+3.61	+0.22

Maiores Baixas

	Preço	%	Oscil.
CRFB3	9.46	–8.78	–0.91
IRBR3	31.83	–4.59	–1.53
ARZZ3	60.40	–5.08	–3.23
EMBR3	18.74	–2.60	–0.50
ASAI3	11.470	0.00	0.000

Mais Negociadas

	Preço	%	Oscil.
VALE3	69.00	–1.08	–0.75
PETR4	22.66	+0.09	+0.02
ITUB4	24.86	–0.16	–0.04
BBDC4	13.75	+0.73	+0.10
ABEV3	14.58	+2.17	+0.31

Bolsas no mundo

	Fechamento	%
Dow Jones	33.414,24	-0,80
NASDAQ Composite	12.025,327	-0,46
Euro STOXX 50	4.308,31	+0,36
CAC 40	7.403,83	+0,28
FTSE 100	7.788,37	+0,20
DAX 30	15.815,06	+0,56

Salário mínimo	R$ 1.302,00	IGP-M	-0,95% (abr.)	EURO turismo	
Ufir	R$ 4,3329	IPCA 5	0,55% (abr.)	Compra: 5,5681	Venda: 5,7481
Taxa Selic (22/03)	13,75%	CDI 0,10	até o dia 3/mai.	DÓLAR Ptax - BC Compra: 5,0221	Venda: 5,0227
Poupança 3 (04/5)	0,72%	OURO BM&F/grama	R$ 326,50	DÓLAR comercial Compra: 4,9913	Venda: 4,9919
TR (prefixada) (05/2023)	0,2423%	EURO Comercial Compra: 5,5166	Venda: 5,5172	DÓLAR turismo Compra: 4,9996	Venda: 5,1796

Economia

MERCADOS

Dólar e Bolsa fecham em queda após alta dos juros nos EUA

O dólar aprofundou as perdas e voltou a fechar abaixo do R$ 5,00 ontem, após a decisão do Fed (Federal Reserve, o banco central americano) de elevar os juros nos Estados Unidos em 0,25 ponto percentual, para a faixa entre 5% e 5,25%.

A Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa), por sua vez, teve leve baixa. Os investidores ainda aguardam a decisão do Banco Central (BC) brasileiro sobre a Selic (taxa básica de juros).

O Ibovespa (Índice Bovespa) caiu 0,13%, a 101.797 pontos. O dólar fechou em queda de 1,1%, a R$ 4,99.

Nos EUA, os principais índices também tiveram queda. O Dow Jones, o S&P 500 e o Nasdaq caíram 0,80%, 0,7% e 0,46%, respectivamente.

Os mercados futuros também recuaram. Os contratos com juros para janeiro de 2025 caíam de 11,98% para 11,89%. Os com vencimento em 2027 caíam de 11,79% para 11,66%, enquanto os de 2029 iam de 12,1% para 11,99%.

A decisão de alta dos juros pelo Fed já era esperada pelo mercado.

AÇÕES DE BANCOS

Na esteira da crise bancária, os bancos regionais, que caíram ainda mais ontem, também pressionaram os indicadores americanos, em meio à crise de confiança causada pelo colapso do First Republic Bank.

As ações do Western Alliance Bank e do PacWest Bancorp fecharam em queda de 4,34% e 1,99%, após terem recuado 27,8% e 15%, respectivamente, na terça-feira.

O petróleo Brent caiu 4%, a US$ 72,33 o barril, menor valor de referência global no fechamento desde dezembro de 2021.

JUROS EXTORSIVOS

'Dono do BC', Campos Neto, mantém taxa Selic em 13,75%

O Copom (Comitê de Política Monetária) do Banco Central não alterou sua estratégia nesta quarta-feira e manteve a taxa básica de juros (Selic) em 13,75% ao ano, em sua primeira decisão após a apresentação do novo arcabouço fiscal que deve substituir o teto de gastos pelo governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

A decisão do colegiado do BC veio em linha com a projeção consensual do mercado financeiro de que os juros ficariam estáveis pela sexta vez consecutiva -a terceira desde que Lula tomou posse.

Levantamento feito pela Bloomberg mostrou que essa era a expectativa praticamente unânime entre os analistas consultados -apenas um apostava em redução de 0,25 ponto percentual.

A desaceleração da inflação indicada pelo IPCA-15 (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo 15) em abril intensificou o debate público sobre a política monetária adotada pelo BC. Na semana passada, o presidente da instituição, Roberto Campos Neto, foi ao Senado em duas ocasiões para falar sobre o tema.

No último dia 25, o chefe da autarquia participou de uma audiência na CAE (Comissão de Assuntos Econômicos) e, dois dias depois, integrou uma sessão de debate no plenário sobre juros, inflação e atividade econômica ao lado dos ministros Fernando Haddad (Fazenda) e Simone Tebet (Planejamento).

As declarações dadas por Campos Neto não apaziguaram a tensão com membros do governo, que vêm pressionando a autarquia para diminuir os juros.

Na segunda-feira passada, no Dia do Trabalho, Lula voltou a criticar o patamar da Selic, dizendo que a taxa de juros "controla, na verdade, o desemprego". Em entrevista à Folha, o ministro do Trabalho, Luiz Marinho, chamou Campos Neto de "empata gol" na economia.

Desde o encontro de março, as expectativas de inflação dos economistas continuaram se deteriorando e a atividade econômica mostrando força, sobretudo com o vigor do mercado de trabalho, apesar da política de juros.

Segundo o boletim Focus, pesquisa semanal do BC com analistas divulgada na última terça-feira, a projeção para o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) do próximo ano avançou para 4,18% -já distante do centro da meta (3%). Para 2025 e 2026, as estimativas dos economistas estão em 4%.

No âmbito fiscal, a incerteza sobre o desenho definitivo do arcabouço ainda permanece. O Congresso Nacional se prepara para discutir a proposta da nova regra -o texto foi entregue pelo governo aos congressistas no dia 18 de abril.

Com 2024 na mira, o colegiado do BC volta a se reunir nos dias 20 e 21 de junho para recalibrar o patamar da taxa básica.

A reunião desta semana teve dois desfalques, com a saída de Bruno Serra, que deixou a diretoria de política monetária em 27 de março após o seu mandato ter expirado, e com a ausência da diretora de administração, Carolina de Assis Barros, por motivos pessoais.

O ciclo de alta da política monetária foi interrompido pelo Copom em setembro de 2022, depois de o BC promover o mais agressivo choque de juros desde a adoção do sistema de metas para inflação, em 1999.

Foram 12 aumentos consecutivos entre março de 2021 e agosto do ano passado, com elevação de 11,75 pontos percentuais. A taxa básica saiu de seu piso histórico (2%) até atingir o nível atual de juros -o mais alto desde o fim de 2016. **(MAIS SELIC NA PÁGINA 5)**

AMAZÔNIA

Lula assina decreto para impulsionar bionegócios

ANDREIA VERDÉLIO/ABRASIL

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou, nesta quarta-feira, o decreto de qualificação da organização social que vai gerir o Centro de Bionegócios da Amazônia (CBA). O objetivo da medida é agregar valor e impulsionar novos negócios baseados nos recursos naturais da região.

Para o vice-presidente e ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, Geraldo Alckmin, a atuação mais ampla do CBA resultará em investimentos, produtos, empregos, renda e desenvolvimento local e regional. Durante a cerimônia de assinatura do decreto no Palácio do Planalto, Alckmin destacou o potencial da biodiversidade da Amazônia em áreas como farmacêutica, química, cosmética e alimentícia.

"Vamos trabalhar juntos com os ministérios de ciência e tecnologia, do meio ambiente, governos estaduais, governos municipais, universidades e, principalmente, a iniciativa privada para criar emprego, criar empresa, agregar valor, transformar a grande farmácia que é a biodiversidade amazônica em produtos, serviços, empregos e investimentos. É impressionante, na área de alimentos, por exemplo, 1 quilo de cacau de amêndoa custa R$ 10 e 1 quilo de chocolate, R$ 200. Nós temos muito potencial", afirmou.

Com o decreto, o CBA, antes chamado Centro de Biotecnologia da Amazônia, deixa de ser vinculado à Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) e passa a ser gerido pela organização social Fundação Universitas de Estudos Amazônicos (FUEA), selecionada por meio de concorrência pública. Com personalidade jurídica própria, o centro terá mais autonomia para captar recursos públicos e privados e ampliar suas atividades. De acordo com a Presidência da República, os recursos públicos previstos para o CBA nos próximos quatro anos chegam a R$ 47,6 milhões. Agora, também será possível ter acesso a recursos disponíveis na iniciativa privada para pesquisa, desenvolvimento e inovação. "Ele (CBA) terá um centro de inteligência para novos negócios, que vai prospectar novos investimentos, trazer o setor privado e transformar pesquisa em patente e em negócios para o desenvolvimento da região", ressaltou Alckmin.

Nos próximos dias, a FUEA assinará contrato com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços, que transferirá a gestão do CBA para a organização social, que atuará em parceria com o Instituto de Pesquisas Tecnológicas, a Fundação de Apoio ao Instituto de Pesquisas Tecnológicas e a Universidade do Estado do Amazonas. O CBA passará a ter um núcleo de negócios com atuação em duas frentes. A primeira será na busca por pesquisas fora de seus próprios laboratórios, que resultem em produtos de "prateleira" que integrem o portfólio do centro e serão oferecidos a potenciais investidores.

Na segunda frente, em parcerias com a iniciativa privada, o centro garantirá o fornecimento de matéria-prima com regularidade e a preços competitivos, dando condições mínimas para que a indústria se estabeleça e haja sustentabilidade no trabalho das comunidades diretamente envolvidas, como ribeirinhos e povos originários.

O CBA foi criado em 2003, dentro da Suframa. De acordo com a Presidência da República, ao longo dos últimos anos, o centro tem trabalhado em projetos que buscam desenvolver novos produtos e processos usando insumos da biodiversidade amazônica em diversas áreas, como alimentos e bebidas, fitoterápicos, cosméticos, farmacêuticos, química e bioplásticos, agrícolas, têxtil, saúde, diagnóstica e de papéis.

PIB 2023

Produto Interno Bruto do Brasil cresce 2,5% em fevereiro

VITOR ABDALA/ABRASIL

O Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, que é a soma de todos os bens e serviços produzidos no país, cresceu 2,5% em fevereiro deste ano, na comparação com janeiro. O dado é do Monitor do PIB, divulgado ontem pela Fundação Getulio Vargas (FGV).

Na comparação com fevereiro do ano passado, o crescimento chegou a 2,7%. Segundo a coordenadora da pesquisa, Juliana Trece, o crescimento da economia em fevereiro deveu-se, principalmente, à atividade agropecuária. A indústria e os serviços também cresceram, ainda que de forma mais moderada.

Na comparação do trimestre encerrado em fevereiro deste ano com o trimestre findo em fevereiro de 2021, houve alta de 2,7%, devido a crescimentos no consumo das famílias (4,4%), na formação bruta de capital fixo, isto é, os investimentos (2,4%), na exportação de bens e serviços (0,2%) e nas importações (1,6%).

FEDERAIS

Ministro do STJ suspende incorporação de 13% na remuneração de servidores

O ministro do STJ (Superior Tribunal de Justiça) Herman Benjamin suspendeu todos os cumprimentos de sentenças que aplicaram a incorporação de 13,23% na remuneração de servidores do Judiciário e do Ministério Público.

Benjamin considerou que haveria impacto para os cofres públicos e levou em conta os argumentos da União, responsável pelo pedido de suspensão.

O ministro também determinou o bloqueio de precatórios e das requisições de pequeno valor relacionados à incorporação dos 13%.

A decisão que havia reconhecido a aplicação da incorporação foi tomada pelo TRF-1 (Tribunal Regional Federal da 1ª Região).

A União apresentou um recurso especial (que é dirigido ao STJ, mas precisa passar antes pela análise do tribunal que deu a decisão, o TRF-1) contra o julgamento do tribunal, mas ele não foi admitido. A União, então, questionou diretamente ao STJ o fato de o TRF-1 não ter aceitado a ação.

Benjamin fez a determinação de forma liminar (provisória e urgente) e também intimou o Sindjus-DF (Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário e do Ministério Público da União e do Distrito Federal) para que se manifeste a respeito da questão.

No pedido que fez ao STJ, a União argumentou que já foram propostos mais de 3.000 pedidos de cumprimento da decisão do TRF-1, cujo impacto pode ultrapassar R$ 20 bilhões.

Segundo a decisão de Benjamin, a suspensão é relacionada ao "impacto financeiro que o prosseguimento das Execuções poderá causar à União".

CONGRESSO

Votação do novo arcabouço fiscal deve ser adiada para semana do dia 15

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad (**foto**), disse ontem que a votação do novo arcabouço fiscal na Câmara dos Deputados deve ficar para a semana do dia 15 de maio, quando ele já terá retornado de viagem ao Japão, onde participa do encontro de ministros do G7.

A nova data representa um adiamento em relação à previsão inicial do presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), que em abril disse que o texto da nova regra fiscal para substituir o teto de gastos poderia ser aprovado na Casa até 10 de maio.

O cronograma foi discutido em reunião nesta quarta entre Haddad, Lira e o relator do arcabouço, deputado Claudio Cajado (PP-BA), na residência oficial da Câmara.

"Nós fomos acertar com o relator no cronograma de apresentação do relatório da regra fiscal e uma data tentativa para votação", disse Haddad.

"Eu fiz algumas ponderações, que foram consideradas, de que a votação aconteça quando eu e o presidente Arthur Lira, quando nós estivermos de volta, ele dos Estados Unidos, eu do Japão. Porque obviamente, na reta final, pode ter alguma questão, alguma dúvida, alguma questão de redação, de interpretação", afirmou.

JOSE CRUZ/ABRASIL

Diário do Acionista
www.diariodoacionista.com.br
Administração, redação e departamento comercial

Rio de Janeiro
Av. Presidente Vargas, 962, sala 908
Centro - Rio de Janeiro - CEP: 20071-002
Tels.: (21) 3556-3030 / 96865-1628-Claro
99539-3634-Vivo

São Paulo
Rua Olimpíadas, 205 - 4º andar
Vila Olímpia - São Paulo - CEP: 04551-000
Tel.: (11) 2655-1899

Administração - Redação
CESAR FIGUEIREDO - Diretor | FELIPE SOARES - Diretor
PAULO DETTMANN - Editor Chefe | HAROLDO PAULINO - Diagramação
redacaodiariodoacionista@gmail.com
PUBLICIDADE: publicidade@diariodoacionista.com.br
REDAÇÃO: diariodoacionista@gmail.com
SERVIÇOS NOTICIOSOS: Folhapress e Agência Brasil
ANJ Associação Nacional de Jornais
ACESSE NOSSO SITE

COBRA BRASIL SERVIÇOS, COMUNICAÇÕES E ENERGIA S.A.

CNPJ: 08.928.273/0001-02

Relatório da Administração

Srs. Acionistas, apresentamos à V.Sas. as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios findos em 31/12/2022 e 2021. Ficamos a inteira disposição para quaisquer esclarecimanentos que se fizerem necessários. A Administração.

Balanço Patrimonial (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	8	220.682	211.295	221.696	211.934
Clientes	9	326.627	126.433	326.627	126.433
Impostos a recuperar	10	25.072	40.777	25.088	40.785
Adiantamentos	21	26.224	11.966	26.226	11.968
Dividendos a receber	11a	33.671	-	33.671	-
Outros ativos	12	10.908	2.467	10.908	2.467
		643.184	**392.938**	**644.216**	**393.587**
Não circulante					
Ativo não circulante mantido para venda	13	31.086	1.432	31.086	1.432
Saldos a receber de partes relacionadas	11.b	36.435	24.040	36.385	24.040
Imposto de renda e contribuição social diferidos	20.	15.083	14.060	15.083	14.060
Outros ativos	12	4.686	5.868	4.686	5.868
Investimentos	14	861.587	709.537	860.745	708.908
Imobilizado	15	24.512	27.948	24.512	27.948
Intangível	15	131	4	131	4
		973.520	**782.889**	**972.628**	**782.260**
Total do ativo		**1.616.704**	**1.175.827**	**1.616.844**	**1.175.847**

	Nota	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	16	55.180	38.958	55.185	38.978
Provisão de fornecedores	16	36.839	48.392	36.839	48.392
Empréstimos e financiamentos	17	389.071	115.072	389.071	115.072
Obrigações sociais e trabalhistas	18	25.308	39.886	25.430	39.886
Impostos a recolher	19	6.405	7.000	6.418	7.000
Adiantamentos	21	70.984	67.053	70.984	67.053
Dividendos a pagar	22	43.670	9.911	43.670	9.911
		627.457	**326.272**	**627.597**	**326.292**
Não circulante					
Saldos a pagar à partes relacionadas	11.c	2.243	2.754	2.243	2.754
Provisões para contingências	23	2.908	2.908	2.908	2.908
		5.151	**5.662**	**5.151**	**5.662**
Patrimônio líquido					
Capital social		609.721	609.721	609.721	609.721
Reserva de Lucro		374.375	234.172	374.375	234.172
Total do patrimônio líquido	24	**984.096**	**843.893**	**984.096**	**843.893**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**1.616.704**	**1.175.827**	**1.616.844**	**1.175.847**

As notas explicativas da Administração são parte integrante destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstração do Resultado (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Receita operacional líquida	25	962.358	830.147	962.358	830.147
Custos operacionais	26	(926.625)	(951.248)	(926.625)	(951.245)
Lucro (prejuízo) bruto		**35.733**	**(121.101)**	**35.733**	**(121.098)**
Despesas gerais e administrativas	27	(27.722)	(35.087)	(28.693)	(35.092)
Outras receitas operacionais		10.147	16.880	10.146	16.882
		(17.575)	**(18.207)**	**(18.547)**	**(18.212)**
Resultado operacional antes do resultado financeiro e de participações societárias		**18.158**	**(139.308)**	**17.186**	**(139.310)**
Resultado de participações societárias					
Resultado de equivalência patrimonial	14	156.312	192.175	157.237	192.175
Resultado na alienação de investimentos	28	25.015	(14.168)	25.015	(14.168)
		181.327	**178.007**	**182.252**	**178.007**
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	29	89.574	16.520	89.624	16.520
Despesas financeiras	29	(100.748)	(13.495)	(100.751)	(13.495)
		(11.174)	**3.025**	**(11.127)**	**3.025**
Operações descontinuadas					
Redução do valor recuperável de ativo (Impairment)		-	(4.184)	-	(4.184)
Resultado de equivalência patrimonial (Operação Descontinuada)		-	4.184	-	4.184
		-	-	-	-
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		**188.311**	**41.724**	**188.311**	**41.722**
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes e diferidos	20.b	(4.438)	7	(4.438)	7
		(4.438)	**7**	**(4.438)**	**7**
Lucro líquido do exercício		**183.873**	**41.731**	**183.873**	**41.731**

As notas explicativas da Administração são parte integrante destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstração do Resultado Abrangente (Em milhares de reais)

	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Lucro líquido do exercício	183.873	41.731	183.873	41.731
Outros componentes do resultado abrangente	-	-	-	-
Resultado abrangente total do exercício	**183.873**	**41.731**	**183.873**	**41.731**

As notas explicativas da Administração são parte integrante destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (Em milhares de reais)

		Controladora e consolidado						
	Nota	Capital social	Reserva legal	Resultado de transações com acionista	Proposta de distribuição de dividendos adicionais	Destinação do resultado do exercício	Total Reserva de lucro	Total patrimônio líquido
Saldos em 01 de janeiro de 2021		**349.721**	**54.808**	**20.156**	**387.388**	**-**	**462.352**	**812.073**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	41.731	41.731	41.731
Aumento de Capital		260.000	(54.000)	-	(206.000)	-	(260.000)	-
Constituição de reserva legal		-	2.087	-	-	(2.087)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	(9.911)	(9.911)	(9.911)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	29.733	(29.733)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**609.721**	**2.895**	**20.156**	**211.121**	**-**	**234.172**	**843.893**
Saldos em 01 de janeiro de 2022		**609.721**	**2.895**	**20.156**	**211.121**	**-**	**234.172**	**843.893**
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	183.873	183.873	183.873
Constituição de reserva legal	24	-	9.194	-	-	(9.194)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	24	-	-	-	-	(43.670)	(43.670)	(43.670)
Dividendos adicionais propostos	24	-	-	-	131.009	(131.009)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**609.721**	**12.089**	**20.156**	**342.130**	**-**	**374.375**	**984.096**

As notas explicativas da Administração são parte integrante destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstração dos Fluxos de Caixa (Em milhares de reais)

	Nota	Controladora 31/12/2022	Controladora 31/12/2021	Consolidado 31/12/2022	Consolidado 31/12/2021
Fluxo de caixa de atividades operacionais					
Lucro líquido do exercício		183.873	41.731	183.873	41.731
Ajustes em:					
Imposto de renda e contribuição corrente	20	5.461	(7)	5.461	(7)
Resultado na aquisição (alienação) de investimentos	14	40	14.168	-	14.168
PIS e Cofins diferido		-	-	-	(7.254)
Contingências		-	2.752	-	2.752
Juros e variação monetária de empréstimos	17	30.774	5.468	30.774	5.468
Variação monetária não realizada liquida		(161)	2.843	(161)	14
Depreciação e amortização	15	4.818	5.389	4.818	5.389
Impairment em investimentos permanentes		-	(4.184)	-	(4.184)
Equivalência patrimonial	14	(156.312)	(192.175)	(157.237)	(192.175)
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa		-	1.468	-	1.468
IR/CS Diferidos		(1.023)	-	(1.023)	-
Remuneração do ativo ativo de contrato		-	-	-	(3.844)
(Aumento) redução nos ativos operacionais					
Ativo de contrato		-	-	-	(317)
Clientes		(200.194)	(65.944)	(200.194)	(65.132)
Partes relacionadas		(12.906)	(1.674)	(12.856)	(1.674)
Impostos a recuperar		10.244	(13.337)	10.236	(13.338)
Adiantamento		(14.258)	(939)	(14.258)	(940)
Outros ativos operacionais		(7.269)	7.949	(7.280)	32.777
Aumento (redução) nos passivos operacionais					
Fornecedores		4.830	53.147	4.815	52.557
Obrigações sociais e trabalhistas		(14.578)	3.448	(14.456)	3.448
Pagamento de impostos correntes		(595)	(800)	(582)	(800)
Adiantamento recebido de clientes		3.931	(16.783)	3.931	(16.783)
Outros passivos operacionais		-	1.373	-	(666)
Caixa líquido consumido pelas atividades operacionais		**(163.325)**	**(156.107)**	**(164.139)**	**(147.342)**
Fluxos de caixa de atividades de investimento					
Títulos e valores mobiliários		-	-	-	745
Aporte de capital		-	(60.000)	-	(60.000)
Alienação de ativo mantido para venda		-	102.338	-	102.338
Alienação de investimento/compra		-	48.055	-	48.055
Partes relacionadas atividades de investimento		(29.654)	(214)	(29.654)	(214)
Aquisição de investimento	14	(1.000)	-	-	-
Aportes de capital em investidas	14	(28.439)	-	(28.250)	-
Aquisição de imobilizado e intangível		(1.509)	5.120	(1.509)	5.120
Caixa gerado (aplicado) nas atividades de investimento		**(60.602)**	**95.299**	**(59.413)**	**96.044**
Fluxos de caixa de atividades de financiamento					
Empréstimos e financiamentos captados	17	373.900	-	373.900	-
Amortização de empréstimos e financiamentos	17	(115.000)	(170.892)	(115.000)	(185.000)
Amortização de juros de empréstimos e financiamentos	17	(10.121)	(10.712)	(10.121)	(10.712)
Amortização de instrumentos financeiros (swap)	17	(5.554)	-	(5.554)	-
Pagamento de dividendos		(9.911)	(100.117)	(9.911)	(100.117)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de financiamento		**233.314**	**(281.721)**	**233.314**	**(295.829)**
Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa		**9.387**	**(342.529)**	**9.762**	**(347.127)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		211.295	553.824	211.934	559.061
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		220.682	211.295	221.696	211.934
Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa		**9.387**	**(342.529)**	**9.762**	**(347.127)**

As notas explicativas da Administração são parte integrante destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional: A Cobra Brasil Serviços, Comunicações e Energia S.A. ("Cobra Brasil" ou "Companhia"), é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 18 de maio de 2007 e com sede na Avenida Marechal Câmara, 160, Sala 1735, Município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro. A Companhia tem como objeto social (a) Holdings de instituições não financeiras, (b) Serviços combinados de escritório e apoio administrativo, (c) Administração de obras, (d) Construção de estações e redes de distribuição e transmissão de energia elétrica, plantas de geração de energia elétrica e subestações, (e) Manutenção de estações e redes de distribuição e transmissão de energia elétrica, plantas de geração de energia elétrica e subestações, (f) Instalação e manutenção elétrica, (g) Instalações de sistema de prevenção contra incêndio, (h) Montagem de estruturas metálicas, (i) Construção de redes de transportes por dutos, terrestres ou submarinos, exceto para água e esgoto, (j) Manutenção de Válvulas de processo, (k) Obras de montagem industrial e (l) Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás. **Controladas e Coligadas:** Em 31 de dezembro, a Companhia detinha as seguintes participações societárias, seja como controladas ou controladas em conjunto (também definidas como "Grupo" quando mencionadas em conjunto com a Companhia):

Controladas e Coligadas	% de participação no capital social 2022	2021
Controladas		
Eleia Comercializadora de Energia Ltda.	100	-
Cobra Brasil Construções S.A. ("Cobra Construções")	100	100
ESB–Energia e Sustentabilidade do Brasil S.A ("ESB")	100	100

Controladas em conjunto	% de participação no capital social 2022	2021
Mantiqueira Transmissora de Energia S.A. ("Mantiqueira")	25	25
Chimarrão Transmissora de Energia S.A. ("Chimarrão")	25	25
Engemisa Engenharia Limitada ("Engemisa")	0,01	0,01

Em 18 de março de 2022, a totalidade das quotas da Sociedade Eleia Comercializadora de Energia Ltda. (antes denominada DL Geração e Comercialização de Energia Ltda.) foram adquiridas pela Cobra Brasil Serviços, Comunicações e Energia S.A. a valor de livros cuja perda irrelevante na transação foi reconhecida diretamente no resultado do exercício. Alguns detalhes das concessões estão apresentados abaixo:

Concessão	Contrato	Início	Término	Localidade	Km
Mantiqueira (i)	005/2016	03/06/2016	02/06/2046	Estado de Minas Gerais	18 SEs + 1.319 Km
Chimarrão (i)	010/2019	22/03/2019	21/03/2049	Rio Grande do Sul	2 SEs + 910 Km linha

(i) As linhas de transmissão foram finalizadas em sua maior parte no primeiro semestre de 2022 com parcial dos trechos já energizados. **2 Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas, emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, e evidenciam todas as divulgações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 28 de abril de 2023. **3 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **4 Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **Julgamentos:** A seguir são apresentados os principais julgamentos, efetuados pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e que afetam mais significativamente os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. ***a. Avaliação de instrumentos financeiros:*** A Companhia faz uso de técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa nº 30 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas pelo Companhia na determinação do valor de seus instrumentos financeiros. ***b. Impostos, contribuições e tributos:*** Existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Em virtude da natureza de longo prazo e da complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registradas. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para consequências de auditorias, avaliadas como prováveis por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que atua. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir em uma ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia. O imposto de renda e a contribuição social diferidos, bem como os tributos diferidos, são registrados com base nas diferenças temporárias entre as bases contábeis e as bases fiscais considerando a legislação tributária vigente. ***c. Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos:*** A Companhia registra ativos relacionados a impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias entre as bases contábeis de ativos e passivos e as bases fiscais. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos à medida que as empresas esperam gerar lucro tributável futuro suficiente com base em projeções e previsões elaboradas pela Administração. Essas projeções e previsões incluem diversas hipóteses relacionadas ao desempenho individual das empresas do Grupo e fatores que podem diferir das estimativas atuais. Em conformidade com a atual legislação fiscal brasileira, não existe prazo para a utilização de prejuízos fiscais. Contudo, os prejuízos fiscais acumulados podem ser compensados somente ao limite de 30% do lucro tributável anual. ***d. Provisão para riscos:*** O Grupo é parte em diversos processos judiciais e administrativos, conforme descrito na nota explicativa nº 23. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com razoabilidade. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos externos. A Administração acredita que essas provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis estão corretamente mensuradas e apresentadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **5 Base de mensuração:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção quando aplicável dos instrumentos financeiros ajustados para refletir a mensuração ao valor justo, conforme citado na nota explicativa nº 6. **6 Principais políticas contábeis:** A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **a. Base de consolidação:** ***(i) Controlada:*** O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras da controlada são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. ***(ii) Perda de controle:*** Quando a Companhia perde o controle sobre uma controlada, o Grupo desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle. ***(iii) Transações eliminadas na consolidação:*** Saldos e transações intra-grupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intra-grupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação do Grupo na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável. ***(iv) Investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial:*** Os investimentos da Companhia contabilizados pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*). Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite ao Grupo controle compartilhado da entidade e dá ao Grupo direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos. Esses investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. **b. Reconhecimento de receita:** A receita das controladas da Companhia compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das deduções e dos encargos. A Companhia reconhece suas receitas quando o valor da receita puder ser mensurado com segurança e for provável que seus benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades. (a) Receita operacional proveniente de prestação de serviços: A receita de um contrato para prestação de serviços é reconhecida de acordo com o estágio de conclusão do contrato. A política da Cobra Brasil para o reconhecimento de receita de contratos de construção está descrita a seguir: • Quando os resultados de um contrato de construção são estimados com confiabilidade, as receitas e os custos são reconhecidos com base no estágio de conclusão do contrato no final do período, mensurados com base na proporção dos custos incorridos em relação aos custos totais estimados do contrato, exceto quando há evidências de que outro método represente melhor a fase de execução do serviço. As variações nos custos com mão-de obra, reclamações e pagamentos de incentivos estão incluídas até o ponto em que esses custos possam ser mensurados com confiabilidade e seu recebimento seja provável. • Quando o resultado de um contrato de construção não pode ser estimado com confiabilidade, sua receita é reconhecida até o montante dos custos incorridos cuja recuperação seja provável. Os custos de cada contrato são reconhecidos no resultado do período em que são incorridos. • Quando for provável que os custos totais excederão a receita total de um contrato, a perda estimada é reconhecida imediatamente no resultado do exercício. • Os valores recebidos antes da realização do correspondente trabalho são registrados no balanço patrimonial como um passivo, na rubrica "Adiantamentos de clientes". Os montantes faturados pelo trabalho executado, mas ainda não pagos pelo cliente, são registrados no balanço patrimonial como um ativo, na rubrica "Contas a receber". **c. Receitas e despesas financeiras:** As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método da taxa de juros efetiva. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método da taxa de juros efetiva. **d. Instrumentos Financeiros:** Derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, na data em que um contrato de derivativos é celebrado e custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos, e posteriormente mensurados pelo valor justo, sendo as variações contabilizadas no resultado, na rubrica "Resultado financeiro". ***(i) Ativos financeiros não derivativos:*** *Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado:* Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 a Companhia possuía saldo de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários classificados a valor justo por meio do resultado. *Custo Amortizado:* Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 os ativos financeiros da Companhia classificados nesta categoria, compreendiam o contas a receber de clientes, e são mensurados pelo custo amortizado usando o método de juros efetivo, conforme CPC 48. **Passivos financeiros:** ***(a) Classificação e mensuração:*** A Companhia possui passivos financeiros classificados na categoria de outros passivos financeiros. A classificação depende da finalidade para a qual os passivos financeiros foram assumidos e é determinada no reconhecimento inicial. Outros passivos financeiros: Os passivos classificados nessa categoria são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de taxa de juros efetiva. São apresentados como passivo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como passivos não circulantes). Os outros passivos financeiros da Companhia estão relacionados na Nota 30. Na demonstração do fluxo de caixa, a Companhia optou por apresentar os juros pagos referentes a empréstimos obtidos com entidades terceiras nas atividades de financiamento. ***(b) Baixa de passivo financeiro:*** A Companhia baixa os passivos financeiros somente quando suas obrigações são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado. **e. Redução ao valor recuperável (Impairment):** ***(i) Ativos financeiros não derivativos:*** São avaliados em cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável. ***(ii) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:*** Todos os ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. ***(iii) Ativos não financeiros:*** Todos os ativos não financeiros sujeitos a impairment são testados quanto a recuperabilidade quando há indício de que seu valor recuperável possa ser inferior ao valor contábil. **f. Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sem restrição de uso. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros propósitos. **g. Clientes:** Compreendem o saldo do valor registrado ao custo amortizado, com utilização do método da taxa de juros efetiva, de contratos de prestação de serviços. **h. Ativo mantido para venda:** Um ativo não circulante é classificado como mantido para venda se seu valor contábil for recuperado, principalmente, por meio de uma transação de venda e não por meio de uso contínuo. Os critérios de classificação de itens mantidos para venda são considerados como atendidos somente quando a alienação for altamente provável e o ativo ou grupo de ativos estiver disponível para venda imediata em sua condição atual. O grupo de ativos mantidos para a venda é mensurado pelo menor entre seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda. Caso o valor contábil seja superior ao seu valor justo, uma perda por impairment é reconhecida em contrapartida do resultado. Qualquer reversão será registrada somente até o limite da perda reconhecida Ativos e passivos classificados como mantidos para venda são apresentados separadamente no balanço patrimonial. A classificação como uma operação descontinuada ocorre mediante a alienação, ou quando a operação atende aos critérios para ser classificada como mantida para venda, se isso ocorrer antes. Uma operação descontinuada é um componente de um negócio da Companhia que compreende operações e fluxos de caixa que podem ser claramente distintos do resto da Companhia e que representa uma importante linha de negócios separada ou área geográfica de operações. O resultado das operações descontinuadas é apresentado em montante único na demonstração do resultado, contemplando o resultado total após o imposto de renda destas operações menos qualquer perda relacionada a impairment. Os fluxos de caixa líquidos atribuíveis às atividades operacionais, de investimento e de financiamento das operações descontinuadas são apresentados separadamente em nota explicativa. **i. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. ***(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente:*** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. ***(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido:*** Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas

COBRA BRASIL SERVIÇOS, COMUNICAÇÕES E ENERGIA S.A.

CNPJ: 08.928.273/0001-02

forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **j. Provisões:** As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (quando o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante). **k. Dividendos:** A Companhia registra, em bases anuais, os dividendos mínimos obrigatórios como passivo (quando aplicável), a menos que esse dividendo mínimo tenha sido efetivamente pago antes do encerramento do exercício. Dividendos complementares ao mínimo obrigatório são registrados como passivo na data em que seu pagamento for aprovado em Assembleia de Acionistas ou por outro órgão competente da Administração da Companhia. Dividendos propostos pela Administração da Companhia, em consonância com a Lei das S.A., são divulgados em nota explicativa. **7 Novas normas e interpretações ainda não adotadas:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor.

Data efetiva	Novas normas ou alterações	Avaliação da Administração
1º de janeiro de 2023	Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes *(alterações ao CPC 26/IAS 8)*	A Companhia entende que o presente requerimento não é aplicável até o momento da emissão destas demonstrações financeiras individual e consolidada...
	IFRS 17 Contratos de Seguro, e alterações à IFRS 17 Contrato de Seguro	A Companhia considera que não está sendo impactada por tal pronunciamento até o momento das emissões destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas mas prosseguirá com suas avaliações, ainda que impactos materiais prospectivos não sejam esperados..
	Divulgação de Políticas Contábeis *(Alterações ao CPC 26/ IAS 1 e IFRS Demonstração Prática 2)*	A Companhia entende que não é abrangida por tal pronunciamento, entretanto, monitorará o presente com o objetivo de avaliar a aplicabilidade futura.
	Definição de estimativa contábil *(Alterações ao CPC 26/ IAS 8)*	A Companhia entende que não é abrangida por tal pronunciamento, entretanto, monitorará o presente com o objetivo de avaliar a aplicabilidade futura.
	Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação *(Alterações ao CPC 32/IAS 12)*	A Companhia entende que não é abrangida por tal pronunciamento, entretanto, monitorará o presente com o objetivo de avaliar a aplicabilidade futura.

A Companhia de forma geral monitora todas novas normas contábeis e pronunciamentos emitidos, e quando aplicável, desenvolve procedimentos internos para a adesão em sua totalidade.

8 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Caixa e Bancos	106.138	102.065	106.774	102.704
Aplicações financeiras de liquidez imediata (TVM) (a)	114.544	109.230	114.922	109.230
	220.682	**211.295**	**221.696**	**211.934**

(a) A composição das aplicações financeiras está detalhada abaixo.

Instituição Financeira	Tipo de Aplicação	Meta de Remuneração	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Banco Santander	CDB	102% CDI	114.544	109.230	114.544	109.230
Banco Itaú	CDB	99% CDI	-	-	378	-
			114.544	**109.230**	**114.922**	**109.230**

O caixa e equivalentes de caixa são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sem restrições de uso. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros propósitos.

9 Clientes

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Clientes	77.857	83.936	77.857	83.936
Obra em curso (i)	244.861	38.595	244.861	38.595
Retenção Contratual	3.909	3902	3.909	3.902
	326.627	**126.433**	**326.627**	**126.433**

(i) O saldo apresentadado em 31/12/2022 na conta de obra em curso é referente a receita não faturada considerando a margem individual de cada projeto sobre o custo incorrido até o final do exercício. Durante o exercício de 2022 foram finalizadas e entregues, porem não foram faturadas devido a clausulas contratuais. A Companhia considera provisionamento para perda de crédito de liquidação duvidosa das faturas vencidas há mais de 365 dias com excessão de títulos que tenham cobranças em juízo ou em discussões contratuais. Segue abaixo a abertura dos clientes por data de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
À vencer	55.237	67.162	55.237	67.162
Vencidos até 90 dias	4.453	216	4.453	216
Vencidos há mais de 90 dias	18.167	16.558	18.167	16.558
	77.857	**83.936**	**77.857**	**83.936**

10 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
IRRF a Compensar	17.068	14.902	17.084	14.910
IR Recolhido por Estimativa	562	562	562	562
Saldo Negativo IR e CSLL (i)	-	11.546	-	11.546
CSLL Retida na Fonte	1.406	1.406	1.406	1.406
CSLL Recolhida por Estimativa	203	203	203	203
PIS Retido na Fonte	350	350	350	350
COFINS Retida na Fonte	1.570	1.570	1.570	1.570
INSS a Compensar	3.885	10.238	3.885	10.238
Outros impostos a recuperar	28	-	28	-
	25.072	**40.777**	**25.088**	**40.785**
Circulante	**25.072**	**40.777**	**25.088**	**40.785**

(i) Valores de saldo negativo de imposto de renda e contribuição social foram restituídos durante o exercício de 2022.

11 Partes relacionadas:

a. Dividendos a receber	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Chimarrão Transmissora de Energia S.A. (i)	4.726	-	4.726	-
Mantiqueira Transmissão de Energia S.A.(i)	28.945	-	28.945	-
	33.671	**-**	**33.671**	**-**

(i) Valores de dividendos reconhecidos na Cobra Brail referente aos dividendos mínimos obrigatórios sob o resultado líquido ajustado para o período corrente das empresas investidas.

b. Saldos a receber de partes relacionadas	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Araçuai	9	3	9	3
Belmonte I	-	162	-	162
Belmonte II	-	43	-	43
Belmonte Solar	-	12	-	12
Boicauva	14	4	14	4
Carmo Energy	3.554	301	3.554	301
Cobra Construções	50	25	50	25
Cobra Instalações e Serviços	24.859	22.160	24.859	22.160
Consórcio Cobelux Norte	280	258	280	258
Engemisa Engenharia Ltda.	-	158	-	158
Etrabras	2.221	863	2.221	863
MantiqueiraTransmissão de Energia S.A.	3.706	-	3.706	-
Mirabela	438	2	438	2
Mundo Novo	992	42	992	42
Pirapora	44	6	44	6
Taiobeiras	218	-	218	-
Varjão de Minas	4	1	4	1
Xadrez Solar Holding	46	-	46	-
	36.435	**24.040**	**36.385**	**24.040**

Os saldos a receber para as transações acima referem-se a operações comerciais entre as entidades do grupo e também a recuperação de gastos.

c. Saldo a pagar à partes relacionadas	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Cobra Instalaciones y Servicios S.A.	–	763	–	763
Engemisa Engenharia Ltda.	1.751	1.991	1.751	1.991
Outros	492	–	492	–
	2.243	**2.754**	**2.243**	**2.754**
Não Circulante	2.243	2.754	2.243	2.754
Total	**2.243**	**2.754**	**2.243**	**2.754**

d. Resultado com partes relacionadas	Mantiqueira	Chimarrão
Receita de construção	60.352	44.638
Impostos sobre Serviços	(2.173)	(1.238)
Receita Líquida	**58.179**	**43.400**
Gastos operacionais	(86.061)	(16.620)
Materiais para subestações	(34)	(51)
Material aplicado em obras	(2.907)	(317)
Encargos financeiros	(121)	(22)
Multas/variação cambial	(71)	-
Custos Operacionais	**(89.195)**	**(17.010)**
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	**(31.016)**	**26.390**

e. Remuneração da administração: Em 31 de dezembro de 2022, a despesa com remuneração de administradores na controladora e no consolidado foi de R$2.229 (R$3.125 em 2021).

12 Outros ativos

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Prêmio de seguros a apropriar	10.485	1.876	10.485	1.876
Bloqueios e depósitos judiciais	4.686	5.868	4.686	5.868
Outros ativos	423	591	423	591
	15.594	**8.335**	**15.594**	**8.335**
Circulante	10.908	2.467	10.908	2.467
Não circulante	4.686	5.868	4.686	5.868
	15.594	**8.335**	**15.594**	**8.335**

13 Ativo não circulante mantido para venda

Projeto	Controladora e Consolidado 2022	Controladora e Consolidado 2021
Mundo Novo	12.075	1.200
Cristino Castro	9.778	-
Raios do Parnaíba	7.161	-
Outros	2.072	232
	31.086	**1.432**

Em 31/12/2022 e 31/12/2021 a companhia possuía gastos com projetos e direitos de exploração e geração fotovoltáicas que após finalização das estruturações societárias, são transferidos para as empresas da Cobra Brasil que fazem a gestão dos ativos de Geração de Energia.

14 Investimentos

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Controladas	843	29	-	-
Controladas em conjunto	860.744	709.508	860.745	708.908
	861.587	**709.537**	**860.745**	**708.908**

Controladora

Investimentos	2021	Aquisição de investimento	Aporte de capital em investidas	Resultado de equivalência	Ganho/Perda na alienação/compra	Dividendos	Outros	2022
Eleia Comercializadora de Energia Ltda. (i)	-	1.000	189	(871)	(40)	-	-	278
Cobra Construções	601	-	-	(46)	-	-	-	555
Chimarrão Transmissora de Energia S.A. (ii)	192.793	-	12.500	25.299	-	(4.726)	11	225.877
Mantiqueira Transmissão de Energia S.A. (iii)	516.116	-	15.750	131.937	-	(28.945)	10	634.868
Engemisa	(1)	-	-	1	-	-	-	-
ESB–Energia & Sustentabilidade	28	-	-	(8)	-	-	(11)	9
	709.537	**1.000**	**28.439**	**156.312**	**(40)**	**(33.671)**	**10**	**861.587**

Consolidado

Investimentos	2021	Aquisição de investimento	Aporte de capital em investidas	Resultado de equivalência	Ganho/Perda na alienação/compra	Dividendos	Outros	2022
Chimarrão Transmissora de Energia S.A. (ii)	192.793	-	12.500	25.299	-	(4.726)	11	225.877
Mantiqueira Transmissão de Energia S.A. (iii)	516.116	-	15.750	131.937	-	(28.945)	10	634.868
Engemisa	(1)	-	-	1	-	-	-	-
	708.908	**-**	**28.250**	**157.237**	**-**	**(33.671)**	**21**	**860.745**

(i) Em 18 de março de 2022, a totalidade das quotas da Sociedade Eleia Comercializadora de Energia Ltda. (antes denominada DL Geração e Comercialização de Energia Ltda.) a valor de livros no montante de R$ 1.000 foram adquiridas pela Cobra Brasil e em 30 de setembro de 2022 foi realizado aporte de capital no montante de R$ 189. (ii) Em 25 de novembro de 2022 em assembleia geral extraordinária, foi deliberado aumento de capital social da Companhia em R$ 50.000, sendo o montante de R$ 12.500 a parte referente a participação da Cobra Brasil em 25%. Em 20 de dezembro de 2022 em assembleia geral extraordinária, foi deliberado aumento de capital social da Companhia em R$ 63.000, sendo o montante de R$ 15.750 a parte referente a participação da Cobra Brasil em 25%.

Informações relevantes sobre as controladas e controladas em conjunto:

Controladas — 2022

	Quantidade total de ações ou quotas possuídas	Participação em %	Capital social	Lucro (prejuízo) líquido das investidas	Dividendos
Cobra Brasil Construções S.A.	5.173.466	100	5.173	(46)	-
ESB–Energia e Sustentabilidade	50.000	100	50	(8)	-
Eleia Comercializadora de Energia Ltda.	1.189.000	100	1.189	(871)	-
Controladas em conjunto					
Mantiqueira Transmissão de Energia S.A.	169.500	25	678.001	490.080	(115.781)
Chimarrão Transmissora de Energia S.A.	110.000	25	440.001	79.596	(18.904)

Controladas — 2021

	Quantidade total de ações ou quotas possuídas	Participação em %	Capital social	Lucro (prejuízo) líquido das investidas	Dividendos
Cobra Brasil Construções S.A.	5.173.466	100	5.173	(19)	-
ESB–Energia e Sustentabilidade	50.000	100	50	(4)	-
Controladas em conjunto					
Mantiqueira Transmissão de Energia S.A.	153.750	25	615.001	544.977	-
Chimarrão Transmissora de Energia S.A.	77.000	25	308.001	242.619	-

Controladas

Balanço patrimonial	Cobra Construções 2022	Cobra Construções 2021	Energia e Sustentabilidade 2022	Energia e Sustentabilidade 2021	Eleia Comercializadora de Energia Ltda. 2022	Eleia Comercializadora de Energia Ltda. 2021
Ativo:						
Circulante	607	630	9	19	415	–
Não circulante	–	–	–	–	–	–
Total do ativo	**607**	**630**	**9**	**19**	**415**	**–**
Passivo:						
Circulante	2	4	–	1	137	–
Não circulante	50	25	–	–	–	–
Total do passivo	**52**	**29**	**–**	**1**	**137**	**–**
Patrimônio líquido	601	620	17	22	1.149	-
Resultado do exercício	(46)	(19)	(8)	(4)	(871)	-

Controladas em conjunto:

Balanço Patrimonial	Chimarrão 2022	Chimarrão 2021	Mantiqueira 2022	Mantiqueira 2021
Ativo:				
Circulante	173.359	231.427	479.622	238.814
Não circulante	3.610.661	3.378.025	7.156.361	6.376.531
Total do ativo	**3.784.020**	**3.609.452**	**7.635.983**	**6.615.346**
Passivo:				
Circulante	299.297	344.448	548.930	605.195
Não circulante	2.581.217	2.472.190	4.547.579	3.907.975
Total do passivo	**2.880.514**	**2.816.638**	**5.096.509**	**4.513.170**
Patrimônio líquido	823.910	550.195	2.049.394	1.557.199
Resultado do exercício	79.596	242.619	490.080	544.977

15 Imobilizado e intangível

Imobilizado líquido	Taxa Depreciação	Controladora e Consolidada 2021	Adições	Baixas	Depreciação	2022
Veículos	20%	4.458	1.248	–	(1.054)	4.652
Computadores e periféricos	20%	1.982	81	–	(813)	1.250
Móveis e utensílios	10%	2.762	–	–	(403)	2.359
Máquinas e equipamentos	10%	17.633	–	–	(2.084)	15.549
Ferramentas	20%	1.113	–	–	(411)	702
		27.948	**1.329**	**–**	**(4.765)**	**24.512**

Intangível líquido	Vida útil	Controladora e Consolidado 2021	Adições	Baixas	Amortização	2022
Softwares	12 meses	4	180	-	(53)	131
		4	**180**	**–**	**(53)**	**131**

	Taxa Depreciação	Controladora e Consolidado 2020	Adições	Baixas	Depreciação	2021
Veículos	20%	5.948	-	(110)	(1.380)	4.458
Computadores e periféricos	20%	2.355	1.141	(674)	(840)	1.982
Móveis e utensílios	10%	2.121	1.030	-	(389)	2.762
Máquinas e equipamentos	10%	17.899	2.112	(4)	(2.374)	17.633
Ferramentas	20%	682	837	-	(406)	1.113
		29.005	**5.120**	**(788)**	**(5.389)**	**27.948**

Intangível líquido	Vida útil	Controladora e Consolidado 2020	Adições	Baixas	Amortização	2021
Softwares	12 meses	7	-	-	(3)	4
		7	**-**	**-**	**(3)**	**4**

16 Fornecedores e provisão de fornecedores

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Fornecedores–materiais e serviços	39.880	32.438	39.885	32.458
Fornecedores–retenções contratuais	15.300	6.520	15.300	6.520
	55.180	**38.958**	**55.185**	**38.978**
Provisão de fornecedores	36.839	48.392	36.839	48.392
Total	**92.019**	**87.350**	**92.024**	**87.370**

17 Empréstimos e financiamentos

Controladora e consolidado

	2021	Captação	Amortização do principal	Variação cambial	Liquidação SWAP	Juros Apropriados	Amortização de Juros	2022
Itaú	115.072	115.000	(115.000)	5.873	(5.554)	10.100	(10.121)	115.370
Citibank	-	258.900	-	9.676	-	5.125	-	273.701
	115.072	**373.900**	**(115.000)**	**15.549**	**(5.554)**	**15.225**	**(10.121)**	**389.071**

	2022	2021
Circulante	389.071	115.072
Total	**389.071**	**115.072**

As operações de empréstimos através de Cédulas de Crédito Bancário foram contratadas no mercado externo com fundamento na Lei 4.131/1962 e possuem Swap (instrumento financeiro derivativo) atrelado para troca de moeda e de taxa de juros, resultando em um empréstimo em reais remunerado a CDI. A operação foi denominada Swap de fluxo de caixa com limitador e foi contratada com o objetivo de proteção do valor principal mais os juros. O montante dos empréstimos se deve para melhor gerenciar o fluxo de caixa da Companhia no giro das operações e para custear gastos inciais de novos projetos. **Banco Itaú:** No ano de 2022 a empresa liquidou o empréstimo de capital de giro a taxa CDI + 1,70% a.a em 26/07/2022. Na mesmo dia celebrou um novo empréstimo junto ao banco Itaú (Bahamas) no montante de EUR 20.654 (R$ 115.000) com a taxa prefixada em 1,98% a.a. Para esta modalidade foi feito swap com base no CDI + 1,30% a.a. com pagamento de juros semestrais e vencimento final em 27/07/2023. **Citibank:** Em 08/08/2022 a Cobra Brasil celebrou dois novos contratos de empréstimo junto ao banco Citibak N.A. (EUA) no montante de USD 33.000 e USD 17.000 (R$ 170.874 e R$ 88.026 respectivamente) com a taxa prefixada em 4,9453% a.a. Para esta modalidade foi feito swap com base no CDI + 1,35% a.a. com vencimento final em 09/08/2023.

18 Obrigações sociais e trabalhistas

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Salários a Pagar	2.486	4.380	2.486	4.380
Provisão de Férias	10.291	13.583	10.314	13.583
INSS a pagar	4.366	13.529	4.384	13.529
FGTS a pagar	1.553	2.026	1.565	2.026
Provisão FGTS rescisório	6.198	6.320	6.198	6.320
Outros	414	48	483	48
	25.308	**39.886**	**25.430**	**39.886**

19 Impostos a recolher

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
ISS	14	3	14	3
Tributos retidos na fonte (i)	5.359	5.528	5.373	5.528
CSLL a pagar	378	-	378	-
PIS	55	226	55	226
COFINS	304	1.048	304	1.048
Outros impostos a pagar	295	195	294	195
	6.405	**7.000**	**6.418**	**7.000**

(i) O montante de tributos retidos na fonte é referente a imposto de renda de funcionários e retenções de INSS de fornecedores de serviços. **20 Impostos de renda e contribuição social: a. Diferidos:** Com base no prejuízo fiscal de R$ 142.717 gerado no exercício de 2021, a Companhia registrou como ativo diferido de IRPJ e CSLL o montante de R$ 15.083 em 31/12/2022 (R$ 14.060 em 31/12/2021). Tais valores foram calculados de forma conservadora considerando a expectativa de rentabilidade dos exercícios subsequentes.

b. Correntes	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	188.311	41.724	188.311	41.724
Despesa de imposto de renda e contribuição social à alíquota de 34%	(64.002)	(14.186)	(64.002)	(14.186)
Adições (exclusões)				
Prejuízos fiscais	2.351	-	2.351	-
Equivalência patrimonial	53.147	66.382	53.147	66.382
Diferença permanente	(942)	(197)	(942)	(197)
Diferença temporária	3.985	(16.308)	3.985	(16.308)
Prejuízos fiscal–ativo diferido não constituído	-	(35.691)	-	(35.691)
Constituição IRPJ e CSLL diferido Ativo	1.023	7	1.023	7
Total	**(4.438)**	**7**	**(4.438)**	**7**
Alíquota efetiva	**-2,4%**	**0,0%**	**-2,4%**	**0,0%**

21 Adiantamentos: a. A fornecedores: Os adiantamentos a fornecedores na controladora e no consolidado de R$ 26.224 (R$ 11.966 em 2021), referem-se a adiantamentos a fornecedores pelas prestações de serviços e compra de materiais nos projetos.

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Fornecedores Terceiros	26.224	11.966	26.226	11.968
	26.224	**11.966**	**26.226**	**11.968**
Circulante	26.224	11.966	26.226	11.968

b. De clientes: Os adiantamentos de clientes na controladora e no consolidado de R$ 70.985 (R$ 67.053 em 2021), são relativos a faturamento de obras ainda não plenamente executadas.

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Clientes Terceiros	70.984	67.053	70.984	67.053
	70.984	**67.053**	**70.984**	**67.053**
Circulante	70.984	67.053	70.984	67.053

22 Dividendos a pagar

	Controladora e Consolidado 2022	Controladora e Consolidado 2021
Cobra Instal. Y Serv. Inter. S.L	2.814	639
Moncobra S.A.	1	–
Cobra Concesiones Brasil S.L.	36.281	8.234
Técnicas de Desalinización de Aguaus S.L	4.574	1.038
	43.670	**9.911**

23 Provisões para contingências: Em 31 de dezembro de 2022 o valor de provisões prováveis resultou um total de R$ 2.908 (R$ 2.908 em 31 de dezembro de 2021) e refere-se a demandas nas empresas que foram vendidas em exercícios anteriores, pois a Companhia continuou com a responsabilidade dos passivos fiscais, cíveis e trabalhistas destas empresas existentes na data da venda. A referida provisão representa a melhor estimativa da Administração de expectativa de ressarcimento aos compradores das empresas.

Provável	Controladora e Consolidado 2022	Controladora e Consolidado 2021
Ambiental	416	416
Cível	1.099	1.099
Fiscal	462	462
Trabalhista	931	931
	2.908	**2.908**

Contingências com perdas possíveis: A Companhia possui contingências de natureza fiscal, trabalhista e cível cuja expectativa de perda avaliada pela Administração e suportada pelos assessores jurídicos está classificada como possível. Em 31 de dezembro de 2022 as contingências classificadas com probabilidade de perda possível, totalizaram R$ 33.444 (R$ 75.501 em 2021).

Possível	Controladora e Consolidado 2022	Controladora e Consolidado 2021
Fiscal (i)	20.008	61.695
Cível	618	418
Ambiental	–	110
Trabalhista (ii)	12.818	13.278
	33.444	**75.501**

(i) Em relação aos processos de natureza fiscal no montante de R$ 20.008 (R$ 61.695 em 2021), destacamos um processo no valor atual de R$ 18.172 que tratam da exigência de supostos débitos de ISS, relativos ao serviço de gerenciamento técnico, administrativo e financeiro do projeto de implementação da Linha de Transmissão de Energia Elétrica Ilha Solteira – Ilha Solteira II, 440kv / Ilha Solteira II – Inocência, 230kv, Inocência – Chapadão do Sul, 230kv nos Municípios de Cassilândia/MS e Paranaíba/MS Basicamente essa variação foi devida a extinção de multas fiscais no âmbito admistrativo e abatimentos de seguros garantias de fiel comprimento contratados para obras de terceiros. (ii) Em relação aos processos trabalhistas no montante de R$ 12.818 (R$ 13.278 em 2021) destacamos 3 processos que juntos totalizam o valor de R$ 4.269 referente a reclamações de acidente de trabalho/COVID-19. **24 Patrimônio líquido: a. Capital social:** Em 31 de dezembro de 2022, o capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R$ 609.721 (R$ 609.721 em 2021), dividido em 611.254.570 (611.254.570 em 2021) ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, sem valor nominal.

	%	Quantidade de Ações Cobra Brasil	Capital Aportado Cobra Brasil
Cobra Concessiones Brasil S.A	83,0792%	507.825.572	506.551
Cobra Concessiones S.L	0,0001%	664	1
Cobras Instalaciones y Servicios Internacional S.L	6,4448%	39.393.831	39.295
Monocobra S.A	0,0017%	10.536	11
Técnicas de Desanilizacion de Agua S.A.	10,4742%	64.023.967	63.863
	100,0000%	**611.254.570**	**609.721**

b. Reserva legal: Constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades Anônimas. **c. Dividendos:** Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado do exercício, calculado nos termos do artigo 202 da Lei 6.404/76.

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	183.873	41.731
Reserva legal (5%)	(9.194)	(2.087)
Base de cálculo para os dividendos	**174.679**	**39.644**
Dividendos mínimos obrigatórios (25%) (i)	(43.670)	(9.911)
Dividendos adicionais propostos	(131.009)	(29.733)

(i) Os dividendos a pagar reconhecidos no exercício de 2021 foram integralmente pagos no decorrer do exercício corrente.

25 Receita operacional líquida

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Receita de construção (i)	990.625	854.258	990.625	854.258
Outras receitas	147	4.481	147	4.481
(-) PIS e COFINS	(64)	(1.490)	(64)	(1.490)
(-) ISS	(28.342)	(26.795)	(28.342)	(26.795)
(-) ICMS	(8)	(307)	(8)	(307)
	962.358	**830.147**	**962.358**	**830.147**

(i) O encremento da receita devido a conclusão das obras iniciadas durante o período de pandemia do COVID-19 e inicio de novos projetos de construção.

26 Custos operacionais

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Pessoal	298.478	343.250	298.478	343.250
Aluguéis	91.137	102.719	91.137	102.719
Viagens e representações	39.922	55.549	39.922	55.549
Impostos, contribuições e taxas	6.994	6.682	6.994	6.682
Material e equipamentos	171.992	147.701	171.992	147.701
Seguros	15.622	12.217	15.622	12.217
Serviços prestados	252.668	182.712	252.668	182.712
Depreciação e Amortização	4.744	5.421	4.744	5.417
Conservação dos imóveis e dos veículos	39.812	33.494	39.812	33.494
Outros	5.256	61.503	5.256	61.504
	926.625	**951.248**	**926.625**	**951.245**

27 Despesas gerais e administrativas

	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Pessoal	13.998	15.149	14.469	15.149
Gastos com escritório	2.085	1.040	2.536	1.042
Serviços prestados	6.184	14.335	6.222	14.339
Provisão Crédito Liquidação Duvidosa	-	(1.468)	-	(1.468)
Depreciação e Amortização	74	-	74	-
Seguros diversos	951	794	951	794
Despesas indedutíveis	2.316	2.219	2.316	2.219
Outras despesas	2.114	3.018	2.125	3.017
	27.722	**35.087**	**28.693**	**35.092**

28 Resultado na alienação de investimentos: O valor recebido em abril de 2022 é referente ao valor residual sobre a venda da empresa controlada Guaimbé Solar Holding S.A. com a AES Brasil Operações S.A. (anteriormente denominada AES Tietê Energia S.A.). O montante reclamado foi devido a discussões acerca dos direitos pendentes de contratos com fornecedores em aberto no fechamento da venda. Com auxilio de consultorias especializadas para definição do montante, foi celebrado o contrato de "Discharge Agreement" entre as partes assinado em 25 de março de 2022. O valor acordado de R$ 25.015 foi devidamente depositado em favor da Cobra Brasil em 01/04/2022.

29 Resultado financeiro

Receitas financeiras	Controladora 2022	Controladora 2021	Consolidado 2022	Consolidado 2021
Receita de aplicações financeiras	18.544	11.052	18.596	11.052
Receita de Variação Cambial	27	5.187	27	5.187

COBRA BRASIL SERVIÇOS, COMUNICAÇÕES E ENERGIA S.A.

CNPJ: 08.928.273/0001-02

Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	35.310	-	35.310	-
Operação a termo swap ativa	32.533	-	32.533	-
Outras receitas financeiras	3.160	281	3.158	281
Receitas financeiras	**89.574**	**16.520**	**89.624**	**16.520**

	Controladora		Consolidado	
Despesas financeiras	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**
Juros de empréstimos e financiamentos	(15.225)	(8.543)	(15.225)	(8.543)
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	(37.331)	-	(37.331)	-
Operação a termo swap passiva	(46.061)	-	(46.061)	-
Variações monetárias passivas	(575)	(2.843)	(575)	(2.843)
IOF e demais despesas	(117)	(53)	(117)	(53)
Comissões bancárias	(309)	(349)	(312)	(349)
Outras despesas financeiras	(1.130)	(1.707)	(1.130)	(1.707)
Despesas financeiras	**(100.748)**	**(13.495)**	**(100.751)**	**(13.495)**
Resultado Financeiro	**(11.174)**	**3.025**	**(11.127)**	**3.025**

Em julho e agosto de 2022, a Companhia assinou junto aos bancos Itaú e Citibank contratos de empréstimo de swap nos montantes de EUR 20.654 (R$ 115.000), USD 33.000 e USD 17.000 (R$ 170.874 e R$ 88.026) com a taxas prefixadas em 1,98% e 4,9453% a.a. A Cobra Brasil reconhece as variações cambiais (positivas e negativas) sobre os saldos de empréstimos e efeitos das variações de seus swaps contratados em contas distintas de receita e despesas no resultado financeiro. **30 Instrumentos financeiros:** Esta nota apresenta informações sobre a exposição a cada um dos riscos a seguir mencionados, como: os objetivos da Companhia e os gerenciamentos de risco e de capital exercidos. **Gerenciamento de riscos:** A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: **a.** Risco de crédito. **b.** Risco de mercado. **c.** Risco operacional. **d.** Risco de taxa de câmbio. **e.** Instrumentos financeiros derivativos. **f.** Análises de sensibilidade sobre instrumentos financeiros e derivativos. Na estrutura de gerenciamento de risco a Companhia visa identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. A Companhia, por meio do gerenciamento de suas atividades, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam os seus papéis e obrigações. A Administração acompanha o cumprimento do desenvolvimento de suas atividades de controle de riscos e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia. O gerenciamento de riscos é feito com base também no nível e no contexto dos grupos de controle dos acionistas da Companhia ***a. Riscos de crédito:*** É o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, oriundas da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes, ativo financeiro e de instrumentos financeiros, conforme apresentado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
Ativos Financeiros	**2022**	**2021**	**2022**	**2021**
Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários	220.682	211.295	221.696	211.934
Clientes	326.627	126.433	326.627	126.433
	547.309	**337.728**	**548.323**	**338.367**

• **Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários**–representado pelas aplicações financeiras de primeira linha, o que mitiga o risco que a contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações. • **Clientes** – representado pelos clientes de EPC (*Engineering – Procurement – Construction*). ***b. Risco de mercado:*** A utilização de instrumentos financeiros, pela Companhia, tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou quaisquer outros ativos de riscos. • **Risco de taxa de juros**–refere-se aos impactos nas taxas de juros variáveis sobre as receitas financeiras oriundas das aplicações financeiras e de empréstimos e financiamentos. • **Risco de liquidez**–é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia. A seguir estão os vencimentos contratuais de passivo financeiro remanescentes em 31 de dezembro de 2022. Os valores apresentados são brutos e não descontados e incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impacto dos acordos e compensações.

	Fluxo de caixas contratuais				
	Valor contábil	**A vencer**	**Até 30 dias**	**Entre 30 e 90 dias**	**Acima de 90**
Fornecedores	39.880	28.999	7.090	2.002	1.789
Empréstimos e Financiamentos	389.071	389.071	-	-	-
Total	**428.951**	**418.070**	**7.090**	**2.002**	**1.789**

Os prazos de liquidação dos passivos financeiros não derivativos, como empréstimos, estão divulgados nas notas explicativas nº 17. Os saldos relacionados a fornecedores, reconhecidos pela Companhia como passivo financeiro não derivativo, possuem prazo de liquidação para os próximos 12 meses. • **Risco de captação**–A Companhia poderá enfrentar dificuldades na captação de recursos com custos e prazos de reembolso que sejam adequados ao seu perfil de geração de caixa e/ou suas obrigações de reembolso de dívida. ***c. Riscos operacionais:*** Os riscos operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Companhia e podem decorrer das decisões operacionais e de gestão da Companhia ou de fatores externos, tais como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. **Risco técnico:** A infraestrutura da Companhia é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. **Risco de seguros:** A Companhia contrata seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas linhas de transmissão e subestações. A Companhia adota os critérios de contratação dos seguros de risco operacional e responsabilidade civil com o intuito de utilizar as melhores práticas adotadas por outras empresas representativas do setor, que consistem em segurar os equipamentos mais relevantes e significativos para a operação, mantendo-os com elevados níveis de segurança aos potenciais sinistros. ***d. Risco de taxa de câmbio:*** A Companhia está sujeita ao risco de moeda nos empréstimos, indexados a uma moeda diferente da moeda funcional da Companhia, o real (R$). Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía R$389.071 (empréstimos e financiamentos) atrelada à taxa de câmbio. Para mitigar esse risco, a Companhia contratou instrumentos financeiros derivativos ("swap") para proteger a totalidade dos pagamentos futuros de principal e juros, das oscilações do dólar norte-americano, euro e da taxa de juros (Préfixada em moeda estrangeira). A Companhia pretende efetuar as liquidações de todos os instrumentos conforme suas respectivas das contratadas. ***e. Instrumentos financeiros derivativos:*** A Companhia contrata em determinadas situações instrumentos financeiros derivativos para administrar sua exposição ao risco relacionado à taxa de câmbio, com a contratação, por exemplo o "swap" cambial sem caixa–USD e EUR versus CDI. As operações estão registradas em câmara de liquidação e custódia. Não existe nenhuma margem depositada em garantia e a operação não possui custo inicial.

Descrição	**"Swap" cambial Citibank - 08/08/2022 - USD**	**"Swap" cambial Itaú- 26/07/2022 - EUR**
Valor de referência (nocional) em 31/12/2023	50.000	20.654
Direito de a empresa receber (ponta ativa)	4,95% a.a	1,98% (EUR)
Obrigação da empresa pagar (ponta passiva)	CDI + 1,35% a.a	CDI + 1,30% a.a
Vencimento em	08/08/2023	26/07/2023
Ponta ativa em 31/12/2022	266.011	115.086
Ponta passiva 31/12/2022	(273.701)	(115.370)
"Swap" ativo (passivo) em 31/12/2022 (i)	(7.690)	(284)
Valor justo em 31/12/2022	(7.690)	(284)
Ganhos (perdas) 2022 realizadas (ii)	-	(5.554)
Ganhos (perdas) 2022 total	(7.690)	(5.838)

(i) Ganho(perda) não realizado, registrados no balanço patrimonial da controladora, e no consolidado, decorrente do swap cambial. (ii) Valor reconhecido de perda realizada (swap) no pagamento de juros semestral em dezembro de 2022. ***f. Análises de sensibilidade sobre instrumentos financeiros e derivativos:*** A Companhia e suas controladas efetuaram testes de análises de sensibilidade conforme requerido pelas práticas contábeis, elaborados com base na exposição líquida às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos, derivativos e não derivativos, relevantes, em aberto no fim do período deste relatório, assumindo que o valor dos ativos e passivos a seguir estivesse em aberto durante todo o período, ajustado com base nas taxas estimadas para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos. As taxas utilizadas para cálculo dos cenários prováveis são referenciadas por fonte externa independente, cenários estes que são utilizados como base para a definição de dois cenários adicionais com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco considerada (cenários A e B, respectivamente) na exposição líquida, quando aplicável, conforme apresentado a seguir:

	Cenário provável	**Cenário A (deterioração de 25%)**	**Cenário B (deterioração de 50%)**	**Realizado até 31/12/2022 Anualizado**
CDI (i)	13%	16%	19%	14%
PTAX–Dólar (i)	5,25	6,56	5,51	5,21
PTAX–Euro (ii)	5,83	7,29	8,75	5,57

(i) Ganho(perda) não realizado, registrados no balanço patrimonial da controladora, e no consolidado, decorrente do swap cambial. (ii) Valor reconhecido de perda realizada (swap) no pagamento de juros semestral em dezembro de 2022.

Análises de sensibilidade da exposição líquida dos instrumentos financeiros às altas de taxa de juros e/ou câmbio	31/12/2022	Efeito no lucro antes dos impostos–2023–aumento (redução)		
		Provável	Cenário A	Cenário B
Sem proteção–Consolidado				
Ativos financeiros				
Equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários - CDI	221.696	(1.995)	5.071	12.138
Sem proteção–Controladora				
Ativos financeiros				
Equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários - CDI	220.682	(1.986)	5.048	12.082
Com proteção – Controladora e Consolidado				
Passivos financeiros (dívida protegida)				
Empréstimos e financiamentos				
- dólar	266.011	1.615	67.240	14.740
- euro	115.086	5.485	35.613	65.742
Derivativos				
Ponta ativa–Dólar	(266.011)	1.615	67.240	14.740
Ponta ativa–Euro	(115.086)	5.485	35.613	65.742
Ponta passiva–CDI	389.071	(3.502)	8.900	21.302
Efeito líquido		**10.698**	**214.606,91**	**182.266,08**

30.1 Categorias de instrumentos financeiros

Ativos financeiros	**Categoria**
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado
Clientes	Custo amortizado
Títulos e valores mobiliários	Custo amortizado
Passivos financeiros	
Fornecedores	Passivo financeiro ao custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	Passivo financeiro ao custo amortizado

30.2 Classificações contábeis e valores justos: No que tange ao cálculo dos valores justos, para os principais saldos sujeitos a variações entre os valores contábeis e valores justos, consideramos: • **Caixa e equivalentes de caixa**: contas correntes conforme posição dos extratos bancários, aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI até a data da apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. • **Empréstimos e financiamentos:** a Companhia considera que os valores justos para os empréstimos e financiamentos do Itau e Citibank são considerados próximos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxa de juros comparáveis. **31 Gerenciamento do capital:** A política da Administração é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do investidor, do setor e do mercado, e manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora os retornos sobre capital, que a Companhia define como resultados de atividades operacionais divididos pelo patrimônio líquido total. A Administração também monitora o nível de dividendos para acionistas ordinários. **32 Seguros:** A Companhia possui cobertura de seguro contra veículos, responsabilidade civil, risco de engenharia, riscos diversos dentre outros. A cobertura de seguros da Companhia está demonstrada conforme quadro a seguir:

	Vigência		2021
Tipo de cobertura	**Início**	**Final**	**Importância segurada**
Adiantamento de pagamentos	02/08/2020	30/12/2022	60.987
Manutenção Corretiva	18/02/2020	18/02/2022	33.276
Responsabilidade Civil	09/12/2020	28/02/2023	430.020
Risco de Engenharia	20/05/2020	31/12/2023	280.337
Risco de Engenharia e Responsabilidade Civil	07/05/2021	28/02/2025	440.841
Risco de teletransporte aéreo	08/04/2021	08/04/2022	1.510
Riscos Nomeados	21/10/2021	12/09/2022	32.794
Veículos	31/05/2021	31/05/2022	319
Total Geral			**1.280.084**

	Vigência		2022
Tipo de cobertura	**Início**	**Final**	**Importância segurada**
Trabalhista e previdênciaria/ outros	09/12/2022	01/09/2026	381.445
Responsabilidade civil	24/07/2022	10/11/2023	1.545.428
Adiantamento de pagamentos	10/12/2021	01/03/2026	55.468
Construção, fornecimento, prestação de serviços	18/09/2019	15/05/2023	237.443
Riscos financeiros e diversos	12/09/2022	12/09/2024	28.699
Veículos	31/05/2022	01/09/2023	158.600
Risco de engenharia	04/01/2022	28/02/2025	1.119.800
Executante construtor	04/12/2019	28/02/2023	10.128
Total Geral			**3.537.011**

A Cobra Brasil é a tomadora do segurado e a segurada são os projetos que a Cobra Brasil tem em aberto. O total da importância segurada é superior ao total de receita faturada no ano. **33 Eventos Subsequentes:** A administração, com base na decisão do Supremo Tribunal Federal – STF, ao qual permite que ações já transitadas em julgadas sejam automaticamente revistas caso o STF se manifeste de forma contrária, informa que não existe perpectiva até a presente data, e quaisquer outros eventos que pudessem alterar de forma significativa as demonstrações financeiras, bem como as operações da Companhia no futuro.

Antonio Plano - Diretor; José Carlos Herranz Yague - Diretor; Alfonso Brunner Beamud - Diretor
Wellington Santana - Controller/ Contador - CRC-RJ 104.308/O-8 - CPF: 099.490.527/00

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da Cobra Brasil Serviços, Comunicações e Energia S.A. Rio de Janeiro–RJ. Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Cobra Brasil Serviços, Comunicações e Energia S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Cobra Brasil Serviços, Comunicações e Energia S.A. (Companhia) em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. - Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 28 de abril de 2023.
KPMG Auditores Independentes Ltda. - CRC SP-014428/O-6 F-RJ
Marcelo Luiz Ferreira - Contador - CRC RJ-087095/O-7

Economia

Reação

Empresas criticam manutenção da taxa de juros pelo Banco Central

A manutenção da Selic em 13,75% pelo Copom (Comitê de Política Monetária) do Banco Central ontem foi recebida com duras críticas por representantes empresariais.

Para a CNI (Confederação Nacional da Indústria), a decisão do Copom está equivocada. Em nota, o presidente da CNI, Robson Andrade, disse que o atual patamar da Selic restringe excessivamente a atividade econômica e já não é mais necessária para garantir a trajetória de desaceleração da inflação nos próximos meses.

"Volto a dizer o que disse no Senado (em audiência sobre o tema com o governo e o BC) há poucos dias: as empresas estão tomando crédito a mais de 30% e o setor produtivo não aguenta pagar esse nível de juros", afirma Andrade.

José Carlos Martins, presidente da CBIC (Câmara Brasileira da Indústria da Construção), afirma que é preciso "resolver com urgência as incertezas que o cenário atual tem gerado, pois é impossível crescer com uma taxa básica deste tamanho".

A Abrainc (Associação Brasileira de Incorporadoras Imobiliárias) fala em entraves à geração de empregos no Brasil. "A despesa com juros bancários compromete a saúde financeira das empresas, que ficam impossibilitadas de crescer e com dificuldades de arcarem com suas despesas obrigatórias", diz em nota.

José Ricardo Roriz, presidente da Abiplast (indústria dos plásticos), também vê riscos. "Mesmo com a possibilidade de que a inflação brasileira ainda não tenha apresentado tendência de refluir para a meta, o país tem disparadamente um dos maiores juros reais do mundo, e as consequências disto são temerárias para a economia brasileira", diz ele.

Vacância

Indústria avança e ocupa galpões deixados por crise da Americanas

O início de ano conturbado para setores do varejo e o arrefecimento da euforia com o avanço do ecommerce devem reduzir o ritmo de crescimento dos condomínios logísticos no Brasil, mas os galpões de alto padrão seguirão ocupados.

Sai o comércio, entra a indústria, mostram dados do setor. Grandes áreas devolvidas por empresas como Americanas, MadeiraMadeira e Grupo BIG já foram locadas, mantendo em baixa a taxa de vacância (o percentual de áreas livres) e em patamar positivo a absorção líquida, que é o saldo entre as locações e devoluções, sinais de resiliência do setor.

Esse saldo no primeiro trimestre de 2023 varia de acordo com a consultoria. Segundo a JLL, a absorção líquida total ficou em 380 mil metros quadrados e, para a Cushman & Wakefield, foi de 498 mil metros quadrados no mesmo período. A taxa de vacância está entre 10,73% e 10,8%.André Romano, gerente da divisão industrial e logística da JLL, vê uma acomodação do setor a partir deste ano, no que ele considera uma volta à normalidade após dois anos -2021 e 2022- fora da curva, impulsionados pela pandemia.

A origem da demanda, que nesse período ficou mais concentrada no ecommerce e nas empresas de varejo que precisaram reforçar suas estratégias digitais, também está mudando. "Cerca de 70% da demanda em curso vem da indústria ou de atividades relacionadas à indústria", diz Romano.

Para Eric Ammirati, gerente de locação de imóveis industriais da Cushman & Wakefield, há uma redistribuição menos uniforme dos setores que estão locando galpões.

"Ainda há força no número de transações de varejo digital de forma geral, mas é importante ver a presença de outros segmentos, como auto-peças, indústria química, farmacêutica. Ficou mais variado."

Nota

GOVERNO FEDERAL VAI CONCEDER RODOVIAS DO PARANÁ À INICIATIVA PRIVADA

O governo federal irá leiloar para a iniciativa privada 1,1 mil quilômetros de rodovias do Paraná. Ontem, foi oficializada a delegação das estradas à União em encontro do presidente Luiz Inácio Lula da Silva com o governador Ratinho Junior e o ministro dos Transportes, Renan Filho. O repasse possibilita à União incluir os 1,1 mil quilômetros de rodovias paranaenses no pacote a ser leiloado, que soma 3,3 mil quilômetros. Os trechos ficarão com a iniciativa privada por 30 anos. A previsão é que os editais de concessão sejam publicados nas próximas semanas. De acordo com o ministro Renan Filho, os dois lotes devem gerar R$ 18 bilhões em investimentos, como recuperação das estradas, obras de duplicação e implantação de novas faixas. "O melhor modelo é esse: fortalecer os investimentos públicos e também a atração do capital privado a fim de impulsionar a infraestrutura nacional. Ao longo dos últimos anos, por imposição do teto de gastos, o Brasil se transformou no país que menos investiu com recursos públicos. Isso também dificultou a atração do capital privado", disse o ministro. O modelo prevê que o ganhador é o que oferecer a menor tarifa. De acordo com a Secretaria Nacional de Transporte Rodoviário do Ministério dos Transportes, na praça de pedágio de Lapa, por exemplo, os motoristas pagarão até 33% a menos.

SUMICITY TELECOMUNICAÇÕES S.A.
CNPJ/MF nº 07.714.104/0001-07 - NIRE: 33300328980
ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

DATA, HORA E LOCAL: Em 21 de abril de 2023, às 09:00 horas, na sede da **SUMICITY TELECOMUNICAÇÕES S.A.** ("Companhia"), localizada na Praça Presidente Getúlio Vargas, 148, 3º e 4 º andares, Centro, CEP 28640-000, na Cidade do Carmo, Estado do Rio de Janeiro.**PRESENÇA E CONVOCAÇÃO:** Dispensada a convocação, em virtude da presença de acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Registro de Presença de Acionistas da Companhia, nos termos do art. 124, § 4º, da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").**MESA: Presidente:** Felipe Gonçalves Matsunaga; **Secretário:** Vicente Sérgio da Silva Gomes. **ORDEM DO DIA**: Deliberar **(i)** nos termos do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações, sobre a emissão, pela Companhia, de sua 4ª (quarta) emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, no valor de R$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) ("Emissão" e "Debêntures", respectivamente), a ser realizada mediante distribuição pública, nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada ("Oferta" e "Resolução CVM 160", respectivamente); **(ii)** a outorga da alienação fiduciária e da cessão fiduciária, e a celebração, pela Companhia, da Escritura de Emissão, do Contrato de Distribuição, do Contrato de Alienação Fiduciária, do Contrato de Cessão Fiduciária (conforme abaixo definidos); **(iii)** a autorização à Diretoria da Companhia para praticar todos e quaisquer atos e celebrar todos os documentos necessários à realização da Emissão, da Oferta, da constituição da alienação fiduciária e da cessão fiduciária, incluindo, mas não se limitando, à contratação do Agente Fiduciário (a seguir qualificado), dos coordenadores e dos demais prestadores de serviço da Emissão, e de todos e quaisquer outros documentos pertinentes à constituição da alienação fiduciária e da cessão fiduciária, tais como notificações, aditamentos, declarações, requerimentos, termos, procurações, inclusive irrevogáveis e irretratáveis, por prazo de validade equivalente à vigência de tais instrumentos de garantia, independentemente das limitações temporais para outorga de procuração previstas no Estatuto Social da Companhia, dentre outros; e **(iv)** ratificar todos os atos já praticados pela Diretoria com relação às deliberações acima. **Deliberações**: Após exame e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os acionistas aprovaram, por unanimidade de votos e sem ressalvas:**(i) EMISSÃO DE DEBÊNTURES:** Aprovar, nos termos do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações, a realização da Emissão, pela Companhia, conforme os termos e condições constantes do *Instrumento Particular de Escritura da 4ª (quarta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública, da Sumicity Telecomunicações S.A.* ("Escritura de Emissão"), a ser celebrada entre a Companhia, na qualidade de emissora das Debêntures, a **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, instituição financeira, com domicílio na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 1.052, 13º andar, CEP 04534-004, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 36.113.876/0004-34 ("Agente Fiduciário", "Agente de Liquidação" e "Escriturador") e a EB Fibra Participações S.A., na qualidade de fiadora ("Fiadora"). As Debêntures terão as seguintes principais características: **(a) Data de Emissão:** para todos os fins e efeitos legais, a Data de Emissão das Debêntures será 24 de abril de 2023 ("Data de Emissão"); **(b) Valor Total da Emissão:** o montante total da Emissão será de R$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) na Data de Emissão ("Valor Total da Emissão"); **(c) Valor Nominal Unitário:** o Valor Nominal Unitário será de R$ 1.000,00 (mil reais) na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário"); **(d) Quantidade de Debêntures Emitidas:** serão emitidas 500.000 (quinhentas mil) Debêntures; **(e) Número da Emissão:** as Debêntures representam a 4ª (quarta) emissão de debêntures da Companhia; **(f) Número de Séries:** a Emissão será realizada em série única; **(g) Espécie:** as Debêntures serão da espécie com garantia real, nos termos do artigo 58, caput, da Lei das Sociedades por Ações, com garantia adicional fidejussória; **(h) Garantias:** em garantia do fiel, pontual e integral pagamento do Valor Total da Emissão, da Remuneração e dos Encargos Moratórios (conforme abaixo definidos) aplicáveis, bem como das demais obrigações pecuniárias, principais ou acessórias, presentes e/ou futuras, previstas na Escritura de Emissão, incluindo qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrida pelo Agente Fiduciário e/ou pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessárias à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes das Debêntures e/ou da Escritura de Emissão e/ou dos Contratos de Garantia (conforme abaixo definidos), incluindo honorários e despesas advocatícias e/ou, quando houver, verbas indenizatórias devidas pela Companhia, incluindo também, mas não se limitando, as remunerações do Agente Fiduciário, do Agente de Liquidação e do Escriturador ("Obrigações Garantidas"), as Debêntures contarão com (i) a cessão fiduciária, outorgada pela Companhia, pela VIP BR Telecomunicações S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.330.765/0001-31 ("VIP"), pela XP Serviços de Telecomunicações S.A. inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.163.190/0001-80 ("XP"), pela B.S. Costa S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 20.326.556/0001-80 ("BS Costa") e pela Click Tecnologia e Telecomunicações S.A. inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.483.690/0001-38 ("Click" e em conjunto com a Companhia, a VIP, a XP, e a BS Costa, as "Cedentes"), em caráter irrevogável e irretratável, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário ("Cessão Fiduciária"), de todos e quaisquer direitos emergentes de cada uma das contas correntes vinculadas, de movimentação restrita, de titularidade das Cedentes, no banco a ser identificado no Contrato de Cessão Fiduciária (abaixo definido), na qualidade de banco depositário das contas vinculadas, nos termos e condições a serem estabelecidos no "*Instrumento Particular de Contrato de Cessão Fiduciária de Contas Vinculadas e Outras Avenças*", a ser celebrado entre as Cedentes e o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas ("Contrato de Cessão Fiduciária"); e (ii) a alienação fiduciária, em caráter irrevogável e irretratável, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário ("Alienação Fiduciária"), da rede de cabeamento e conectores, de titularidade da Companhia, da VIP e da XP ("Alienantes"), nos termos e condições a serem estabelecidos no "*Instrumento Particular de Constituição de Garantia de Alienação Fiduciária de Bens Móveis*", a ser celebrado entre as Alienantes e o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas ("Contrato de Alienação Fiduciária" e, em conjunto com o Contrato de Cessão Fiduciária, os "Contratos de Garantia"). Os demais termos e condições da Cessão Fiduciária e da Alienação Fiduciária seguirão descritos no Contrato de Cessão Fiduciária e no Contrato de Alienação Fiduciária, respectivamente; **(i) Garantia Fidejussória:** a Fiadora, se obrigará, solidariamente com a Companhia, em caráter irrevogável e irretratável, perante os Debenturistas, como fiadora, principal pagadora e solidariamente com a Companhia, responsável por todas as obrigações da Companhia nos termos das Debêntures, da Escritura de Emissão e demais documentos da Oferta, renunciando expressamente aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza conforme estará previsto na Escritura de Emissão ("Fiança" e, em conjunto com as Garantias Reais, as "Garantias"); **(j) Atualização do Valor Nominal Unitário:** o Valor Nominal Unitário não será atualizado monetariamente; **(k) Remuneração:** sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, incidirão juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% (cem por cento) das taxas médias diárias do DI de um dia, "*over extra-grupo*", expressas na forma percentual ao ano-base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("Taxa DI"), acrescida de spread (sobretaxa) de 3,95% (três inteiros e noventa e cinco centésimos por cento) ao ano, base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Remuneração"); **(l) Pagamento da Remuneração:** sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de eventual vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, do Resgate Antecipado Facultativo Total, da Aquisição Facultativa (abaixo definido) ou da Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures, nos termos previstos nesta Escritura de Emissão, a Remuneração será paga trimestralmente, sendo o primeiro pagamento devido em 24 de julho de 2023, e os demais pagamentos devidos sempre no dia 24 dos meses de outubro, janeiro, abril e julho de cada ano, até a Data de Vencimento (cada uma dessas datas, uma "Data de Pagamento da Remuneração"); **(m) Forma, Tipo e Comprovação da Titularidade:** as Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, e, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato emitido pelo Escriturador e, adicionalmente, com relação às Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), conforme o caso, será expedido por esta extrato em nome do respectivo Debenturista, que servirá como comprovante de titularidade de tais Debêntures; **(n) Procedimento de Distribuição:** as Debêntures serão objeto de distribuição pública, destinadas exclusivamente a Investidores Profissionais, nos termos da Resolução CVM 160, sob o regime de garantia firme de colocação para a totalidade das Debêntures, com a intermediação dos Coordenadores; **(o) Preço de Subscrição e Forma de Integralização:** as Debêntures serão subscritas e integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, pelo seu Valor Nominal Unitário, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à B3. Caso qualquer Debênture venha a ser integralizada em data diversa e posterior à Primeira Data de Integralização (conforme abaixo definido), a integralização deverá considerar o seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Primeira Data de Integralização até a data de sua efetiva integralização, podendo, ainda, em qualquer Data de Integralização, serem subscritas com ágio ou deságio, sendo certo que, caso aplicável, o ágio ou deságio, conforme aplicável, a critério dos Coordenadores, em conjunto com a Companhia, será o mesmo para todas as Debêntures subscritas e integralizadas em uma mesma Data de Integralização. Para os fins da Escritura de Emissão, considera-se "Primeira Data de Integralização" a data em que ocorrerá a primeira subscrição e a integralização das Debêntures; **(p) Conversibilidade:** as Debêntures serão simples, ou seja, não conversíveis em ações de emissão da Companhia; **(q) Direito de Preferência:** não haverá direito de preferência na subscrição das Debêntures pelos atuais acionistas da Companhia; **(r) Distribuição, Negociação e Custódia Eletrônica:** As Debêntures serão depositadas para: (i) distribuição no mercado primário por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA"), administrado e operacionalizado pela B3, sendo a distribuição liquidada financeiramente por meio da B3; e (ii) negociação no mercado secundário por meio do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), administrado e operacionalizado pela B3, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na B3; **(s) Destinação dos Recursos:** os recursos captados pela Companhia por meio da Emissão das Debêntures serão utilizados para capital de giro, investimentos e/ou aquisição de ativos e reforços de caixa; **(t) Amortização do saldo do Valor Nominal Unitário:** o saldo do Valor Nominal Unitário será amortizado em 12 (doze) parcelas trimestrais iguais e sucessivas, a partir da Data de Emissão, devidas sempre no dia 20 dos meses de julho, outubro, janeiro e abril, sendo que a primeira parcela será devida, após 27 (vinte e sete) meses da Data de Emissão, ou seja, em 24 de julho de 2025, e as demais parcelas serão pagas de acordo com as datas e percentuais indicados na tabela de amortização a ser incluída na Escritura de Emissão; **(u) Resgate Antecipado Facultativo Total:** a Companhia poderá, a seu exclusivo critério, após 2 (dois) anos da Data de Emissão, realizar o resgate antecipado total das Debêntures ("Resgate Antecipado Facultativo Total"). Por ocasião do Resgate Antecipado Facultativo Total, o valor a ser pago aos Debenturistas será equivalente (a) ao Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures a serem resgatadas, acrescido (b) da Remuneração e dos Encargos Moratórios, se for o caso, devidos e ainda não pagos, calculados *pro rata temporis* desde a Data de Início da Rentabilidade ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, o que tiver ocorrido por último, até a data do Resgate Antecipado Facultativo Total e (c) de prêmio flat, incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, de acordo com a fórmula e a tabela a ser incluída na Escritura de Emissão; **(v) Amortização Extraordinária**: a Emissora poderá, a seu exclusivo critério, após 2 (dois) anos da Data de Emissão, realizar a amortização extraordinária facultativa das Debêntures ("Amortização Extraordinária"). Por ocasião da Amortização Extraordinária, o valor a ser pago aos Debenturistas será equivalente (a) ao percentual do Valor Nominal Unitário das Debêntures a serem amortizadas, acrescido (b) da Remuneração e dos Encargos Moratórios, se for o caso, devidos e ainda não pagos, calculados pro rata temporis desde a Primeira Data de Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, o que tiver ocorrido por último, até a data da Amortização Extraordinária e (c) de prêmio flat, incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, , conforme o caso, de acordo com a fórmula e tabela a ser indicada na Escritura de Emissão; **(w) Oferta de Resgate Antecipado:** a Emissora poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer momento, realizar oferta de resgate antecipado das Debêntures, endereçada a todos os Debenturistas, sendo assegurado a todos os Debenturistas igualdade de condições para aceitar o resgate das Debêntures por eles detidas ("Oferta de Resgate Antecipado"). A Oferta de Resgate Antecipado será operacionalizada conforme o disposto na Escritura de Emissão; na Escritura de Emissão; **(x) Aquisição Facultativa:** a Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures ("Aquisição Facultativa"), observado o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações e os termos da Resolução da CVM nº 77, de 29 de março de 2022, conforme alterada, desde que observe as eventuais regras expedidas pela CVM, se assim exigido pelas disposições legais e regulamentares aplicáveis, constar do relatório da administração e das demonstrações financeiras da Companhia. As Debêntures adquiridas pela Companhia de acordo com esta cláusula poderão, a critério da Companhia, (i) ser canceladas; ou (ii) permanecer na tesouraria da Companhia. As Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria nos termos acima, se e quando recolocadas no mercado, farão jus aos mesmos direitos econômicos e políticos aplicáveis às demais Debêntures; **(y) Encargos Moratórios:** sem prejuízo da Remuneração, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Companhia de qualquer quantia devida aos Debenturistas, os débitos em atraso vencidos e não pagos pela Companhia ficarão sujeitos a, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial: (i) multa convencional, irredutível e de natureza não compensatória, de 2% (dois por cento); e (ii) juros moratórios à razão de 1% (um por cento) ao mês, desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento; ambos calculados sobre o montante devido e não pago ("Encargos Moratórios"); **(z) Prazo e Data de Vencimento:** observado o disposto na Escritura de Emissão, as Debêntures terão prazo de vencimento de 5 (cinco) anos, contados da Data de Emissão, vencendo, portanto, em 24 de abril de 2028 ("Data de Vencimento"), ressalvada a eventual declaração de vencimento antecipado, Resgate Antecipado Facultativo Total e a Oferta de Resgate Antecipado Total das Debêntures; **(aa) Local de Pagamento:** os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Companhia no respectivo vencimento utilizando-se, conforme o caso: (a) os procedimentos adotados pela B3 para as Debêntures custodiadas eletronicamente nela; e/ou (b) os procedimentos adotados pelo Escriturador para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na B3; **(ab) Prorrogação de Prazos:** considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação até o 1º (primeiro) dia útil subsequente, se a data do vencimento coincidir com dia em que não houver expediente bancário no local de pagamento das Debêntures, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da B3, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado declarado nacional, sábado ou domingo ou qualquer dia que não houver expediente na B3; **(ac) Vencimento Antecipado**: observadas as disposições a serem estabelecidas na Escritura de Emissão, as obrigações da Companhia constantes dos instrumentos relacionados à Emissão poderão ser consideradas antecipadamente vencidas e imediatamente exigíveis, na ocorrência de qualquer dos eventos de vencimento antecipado a serem previstos na Escritura de Emissão; e **(ad) Demais Características:** as demais características das Debêntures serão detalhadamente descritas na Escritura de Emissão. **(ii) CELEBRAÇÃO DE INSTRUMENTOS DA EMISSÃO**: Aprovar a celebração da Escritura de Emissão, o Contrato de Distribuição, a outorga das garantias a serem constituídas de acordo com o Contrato de Cessão Fiduciária e com o Contrato de Alienação Fiduciária no âmbito da Emissão, inclusive eventuais aditamentos e de todos os demais documentos que se façam necessários para a realização da Emissão, nos termos ora aprovados. **(iii) AUTORIZAÇÃO DA DIRETORIA**: Autorizar a Diretoria da Companhia a praticar todos e quaisquer atos necessários à formalização das deliberações acima indicadas, especialmente para: **(i)** discutir, negociar e definir os termos e condições das Debêntures e da Escritura de Emissão, desde que observadas as características constantes da presente ata; **(ii)** contratar o Agente Fiduciário, os coordenadores da Emissão e os demais prestadores de serviço da Emissão; **(iii)** celebrar todos os documentos, inclusive eventuais aditamentos e praticar todos os atos necessários à realização, formalização e aperfeiçoamento da Emissão e da Oferta; e **(iv)** tomar as providências e praticar todos e quaisquer outros atos necessários para implementação das deliberações ora tomadas. **(iv) RATIFICAÇÃO DOS ATOS PRATICADOS**: Ratificar todos os atos já praticados pela Diretoria da Companhia com relação às deliberações acima. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia Geral Extraordinária, da qual foi lavrada a presente ata na forma de sumário, conforme o disposto no art. 130, § 1º da Lei das Sociedades por Ações, a qual foi lida, aprovada e assinada pelos presentes. Mesa: Presidente, Felipe Gonçalves Matsunaga; Secretário, Vicente Sergio da Silva Gomes; Acionistas: Vicente Sergio da Silva Gomes e EB Fibra Participações S.A., representada porAlexandre Mohse Parczew e Felipe Gonçalves Matsunaga. *Esta ata é cópia fiel da versão lavrada em livro próprio.* Carmo/RJ, 21 de abril de 2023. **MESA**: **FELIPE GONÇALVES MATSUNAGA** - Presidente. **VICENTE SERGIO DA SILVA GOMES** - Secretário. Acionistas: **VICENTE SERGIO DA SILVA GOMES; EB FIBRA PARTICIPAÇÕES S.A.** Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro. Empresa: SUMICITY TELECOMUNICAÇÕES S.A.NIRE: 333.0032898-0 Protocolo: 00-2023/319235-2 Data do protocolo: 24/04/2023CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 25/04/2023 SOB O NÚMERO 00005440052. Jorge Paulo Magdaleno Filho - Secretário Geral

Rio de Janeiro

FRAUDE NO SUS

Citado em caso Marielle é suspeito de fraudar cartão de vacina para coronel Cid

A Polícia Federal afirma ter indícios de que o ex-vereador Marcello Siciliano, citado nas investigações do assassinato de Marielle Franco (PSOL), foi o responsável por concretizar o pedido de coronel Mauro Cid de inserir dados fraudulentos no cartão de vacinação de sua mulher.

A suspeita parte de diálogos entre o ex-ajudante de ordens de Jair Bolsonaro (PL) com o advogado e ex-militar Ailton Barros, apontado como o responsável por intermediar o contato com Siciliano.

Cid e Barros foram presos ontem na Operação Venire, que investiga a inserção de dados falsos sobre vacinação da Covid-19 no sistema do Ministério da Saúde entre novembro de 2021 e dezembro de 2022. Siciliano foi alvo de busca e apreensão.

Ailton Barros foi candidato a deputado estadual pelo PL-RJ e se apresentava como "01 de Bolsonaro". Ele sempre tinha acesso ao ex-presidente em eventos no Rio de Janeiro, tendo inclusive participado de uma live do então presidente, em julho de 2022.

De acordo com as mensagens apresentadas na representação da PF, Barros afirmou a Cid em 30 de novembro de 2021 ter aberto três frentes para concluir "aquela missão".

"Porque realmente o negócio é pica e ninguém pode ficar exposto, não é, particularmente, particularmente, quem você sabe, né? Não pode ficar. Mais tá caminhando bem", afirmou Barros em áudio, segundo a PF.

Ao sinalizar que conseguiu um caminho para, na análise da polícia, fraudar o cartão de vacinação da mulher do coronel, Barros afirma a Cid que o responsável por auxiliá-lo é o ex-vereador Marcello Siciliano.

"Ele é um político, né, vereador aqui do Rio de Janeiro, sabe como resolve, né? Ele é a minha opção mais forte de resolver essa questão da, do, da, da nossa amiga, entendeu? E ele não resolveu, o irmão... Aí fodeu. Mas, eu acredito piamente que ele vai dar bingo para a gente."

Siciliano foi citado pelo policial militar Rodrigo Jorge Ferreira, o Ferreirinha, como o mandate do assassinato de Marielle em ação que também levou à morte de Anderson Gomes, motorista da vereadora.

O depoimento do PM, porém, foi posteriormente apontado pela PF como uma trama para atrapalhar a apuração do caso. Contudo, desde então o nome do ex-vereador permanece no radar dos investigadores.

Ao apontar Siciliano como o responsável pela solução do pedido, Barros pede para que Cid viabilize um encontro entre o ex-vereador e o cônsul norte-americano no Rio de Janeiro.

Segundo o advogado afirma na mensagem usada pela PF, Siciliano vem encontrando dificuldades em renovar seu visto norte-americano em razão da menção ao seu nome no caso Marielle.

Cid pede para que o militar reformado lhe envie o contato de Siciliano e responde: "Deixa comigo coronel. Eu vou dar, Vou dar uma olhada e tentar resolver isso aí."

Barros responde: "Te passo. Mas é bom que já vai botar pressão para resolver o meu problema. Eu resolvo dele, ele resolve o meu."

Procuradas, a Embaixada dos Estados Unidos e o Consulado no Rio de Janeiro não responderam se houve algum contato de Cid para atender a Siciliano.

Na conversa, Barros afirma ainda saber quem mandou matar a vereadora.

A representação da PF não detalha em que momento Barros foi acionado por Cid para supostamente fraudar o cartão de vacinação de sua mulher. Três dias antes, o advogado esteve em evento de Bolsonaro na Brigada de Infantaria Paraquedista, no Rio de Janeiro.

STF

Rosa vota para cassar indulto dado a Daniel Silveira

PAULO VALADARES/C. DOS DEPUTADOS

ANDRÉ RICHTER/ABRASIL

A presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministra Rosa Weber, votou ontem para anular o decreto de indulto concedido no ano passado pelo então presidente Jair Bolsonaro a Daniel Silveira (**foto**), à época deputado federal pelo PTB do Rio. Relatora dos processos que questionam o decreto, a ministra entendeu que o ato de Bolsonaro foi feito com desvio de finalidade. Para Weber, a medida revelou "faceta autoritária e descumpridora da Constituição".

"O presidente da República editou decreto de indulto individual absolutamente desconectado do interesse público. A verdade é que o fim almejado com a edição do decreto de indulto foi beneficiar aliado político de primeira hora, legitimamente condenado pelo STF", afirmou.

A presidente disse ainda que a Constituição não prevê poderes absolutos e que as decisões do STF não precisam ser confirmadas pelos demais poderes. "Não há, sob a égide da Constituição, atos públicos insuscetíveis de controle. Todos os atos do Poder Público, independentemente de quem os edita ou pratica, estão sujeitos à fiscalização e avaliação quanto à legalidade e constitucionalidade", completou.

SECRETARIA DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA À SAÚDE
INSTITUTO NACIONAL DE CARDIOLOGIA

MINISTÉRIO DA SAÚDE

GOVERNO FEDERAL BRASIL UNIÃO E RECONSTRUÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2023

A Pregoeira Debora Schmutzler Abrahão convida as empresas interessadas em participarem do Pregão Eletrônico nº. 05/2023 no dia 16/05/2023 às 10h00min. - Objeto: Aquisição de material médico-hospitalar para Hemodinâmica (BAINHA E DILATADOR TRANSEPTAL DE MULLINS 8 FR ADULTO PARA VALVULPLASTIA MITRAL, SET COMPLETO, APROXIMADAMENTE 62 CM; CATETER DE BIÓPSIA MIOCÁRDICA TIPO LONGO 5 A 6 FR; FILTRO DE PROTEÇÃO DISTAL MONTADO SOBRE FIO 0,014"COM FILTRO DISTAL 3,5 A 7 MM COMPATÍVEL COM CATETER 6FR; e etc). Processo nº. 33409.010557/2022-39. O Pregão será realizado no site https://www.gov.br/compras/pt-br, onde o Edital está à disposição dos interessados.

SUMICITY TELECOMUNICAÇÕES S.A.
CNPJ/MF nº 07.714.104/0001-07 - NIRE: 33300328980
ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

DATA, HORA E LOCAL: Em 25 de abril de 2023, às 14h00 horas, na sede da **SUMICITY TELECOMUNICAÇÕES S.A.** ("Companhia"), localizada na Praça Presidente Getúlio Vargas, 148, 3º e 4 º andares, Centro, CEP 28640-000, na Cidade do Carmo, Estado do Rio de Janeiro. **PRESENÇA E CONVOCAÇÃO:** Dispensada a convocação, em virtude da presença de acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes do Livro de Registro de Presença de Acionistas da Companhia, nos termos do art. 124, § 4º, da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"). **MESA: Presidente:** Felipe Gonçalves Matsunaga; **Secretário:** Vicente Sérgio da Silva Gomes. **ORDEM DO DIA**: Deliberar **(i)** sobre a rerratificação da Ata de Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 21 de abril de 2023("AGE"); e **(ii)** ratificar todas as demais deliberações constantes da AGE, que não foram expressamente retificadas pelo presente ato. **Deliberações**: Após exame e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os acionistas aprovaram, por unanimidade de votos e sem ressalvas: **(i) EMISSÃO DE DEBÊNTURES:** Retificar a Data de Emissão das Debêntures e demais disposições aplicáveis, de acordo com os termos e condições aprovados na AGE e nos termos do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações, relativos à realização da Emissão, pela Companhia, nos termos e condições constantes do *Instrumento Particular de Escritura da 4ª (quarta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Adicional Fidejussória, em Série Única, para Distribuição Pública em Regime de Garantia Firme de Colocação, da Sumicity Telecomunicações S.A.* ("Escritura de Emissão"), a ser celebrada entre a Companhia, na qualidade de emissora das Debêntures, a **OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.**, instituição financeira, com sede no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Joaquim Floriano, nº 1.052, 13º andar, CEP 04.534-004, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0004-34 ("Agente Fiduciário", "Agente de Liquidação" e "Escriturador") e a **EB FIBRA PARTICIPAÇÕES S.A.**, na qualidade de fiadora ("Fiadora"). As Debêntures terão as seguintes principais características: **(a) Data de Emissão:** para todos os fins e efeitos legais, a Data de Emissão das Debêntures será 25 de abril de 2023 ("Data de Emissão"); **(b) Pagamento da Remuneração:** Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência de eventual vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, do Resgate Antecipado Facultativo Total, da Aquisição Facultativa (conforme abaixo definido) ou da Oferta de Resgate Antecipado das Debêntures (conforme abaixo definido), nos termos previstos na Escritura de Emissão, a Remuneração será paga trimestralmente, sendo o primeiro pagamento devido em 25 de julho de 2023, e os demais pagamentos devidos sempre no dia 25 dos meses de outubro, janeiro, abril e julho de cada ano, até a Data de Vencimento (cada uma dessas datas, uma "Data de Pagamento da Remuneração"); **(c) Amortização do saldo do Valor Nominal Unitário:** o saldo do Valor Nominal Unitário será amortizado em 12 (doze) parcelas trimestrais, a partir da Data de Emissão, devidas sempre no dia 25 e no dos meses de julho, outubro, janeiro e abril, sendo que a primeira parcela será devida em 25 de julho de 2025, e as demais parcelas serão devidas em cada uma das respectivas datas de amortização das Debêntures, de acordo com as datas e percentuais indicados na tabela de amortização a ser incluída na Escritura de Emissão; **(d) Prazo e Data de Vencimento:** as Debêntures terão prazo de vencimento de 5 (cinco) anos, contados da Data de Emissão, vencendo, portanto, em 25 de abril de 2028 ("Data de Vencimento"), ressalvada a eventual declaração de vencimento antecipado, Resgate Antecipado Facultativo Total e a Oferta de Resgate Antecipado Total das Debêntures; **(ii) RATIFICAÇÃO DOS ATOS PRATICADOS**: ratificar as demais deliberações constantes da AGE, aprovadas de forma unânime pelos acionistas, que não tenham sido retificadas expressamente por este ato. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia Geral Extraordinária, da qual foi lavrada a presente ata na forma de sumário, conforme o disposto no art. 130, § 1º da Lei das Sociedades por Ações, a qual foi lida, aprovada e assinada pelos presentes. **Mesa:** Presidente, Felipe Gonçalves Matsunaga; Secretário, Vicente Sergio da Silva Gomes; **Acionistas**: Vicente Sergio da Silva Gomes e EB Fibra Participações S.A., representada por Alexandre Mohse Parczew e Felipe Gonçalves Matsunaga. Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro. Empresa: SUMICITY TELECOMUNICAÇÕES S.A. NIRE: 333.0032898-0 Protocolo: 00-2023/324898-6 Data do protocolo: 26/04/2023. CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 27/04/2023 SOB O NÚMERO 00005444984. Jorge Paulo Magdaleno Filho - SECRETÁRIO GERAL.

GRANDE DIA!

Moraes: Bolsonaro sabia de fraude em cartão de vacinas

A Polícia Federal e o ministro Alexandre de Moraes, do STF (Supremo Tribunal Federal), afirmam que o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) sabia do esquema de fraude em cartões de vacinação da Covid-19.

Em representação encaminhada a Moraes, a PF aponta o tenente-coronel Mauro Cid, ex-ajudante de ordens de Bolsonaro, como principal articulador do esquema.

Segundo a PF, Bolsonaro tinha ciência da inserção fraudulenta dos dados no sistema do Ministério da Saúde.

"Jair Bolsonaro, Mauro Cid e, possivelmente, Marcelo Câmara tinham plena ciência da inserção fraudulenta dos dados de vacinação, se quedando inertes em relação a tais fatos até o presente momento", diz a PF.

A polícia cita como indícios do conhecimento de Bolsonaro o fato de o certificado de vacinação do ex-presidente ter sido emitido nos dias 22 e 27 de dezembro de dentro do Palácio do Planalto.

Em decisão que autorizou a busca e apreensão ontem na casa do ex-presidente e da ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro, além da prisão contra alguns de seus mais próximos ex-assessores, Moraes disse não ser crível que Mauro Cid tenha articulado o esquema à revelia e anuência de Bolsonaro.

O ministro afirma que, no atual estágio das investigações, não daria para acreditar nessa posição, defendida pela PGR (Procuradoria-Geral da República), mesmo tendo reconhecido a existência de comprovação da materialidade da inserção de dados falsos de Bolsonaro e sua filha no sistema do Ministério da Saúde (ConecteSus).

Ele também citou como argumento "o notório posicionamento público de Jair Messias Bolsonaro contra a vacinação, objeto da CPI da Pandemia e de investigações nesta Suprema Corte".

"É plausível, lógica e robusta a linha investigativa sobre a possibilidade de o ex-presidente da República, de maneira velada e mediante inserção de dados falsos nos sistemas do SUS, buscar para si e para terceiros eventuais vantagens advindas da efetiva imunização, especialmente considerado o fato de não ter conseguido a reeleição nas Eleições Gerais de 2022", disse Moraes.

Na representação, a PF detalha minuto a minuto como foram as alterações no sistema e a emissão do cartão de vacinação de Bolsonaro.

Segundo a PF, as informações coletadas mostram como ele se uniu ao secretário de Governo de Duque de Caxias, João Brecha, que foi preso, e aos assessores Mauro Cid e Marcelo Câmara para inserir dados falsos de vacinação contra a Covid-19 no sistema.

A ação, diz a PF, configura que Bolsonaro tenha cometido o crime de inserção de dados falsos em sistema de informação.

"Tais condutas, contextualizadas com os elementos informativos apresentados, indicam que as inserções falsas podem ter sido realizadas com o objetivo de gerar vantagem indevida para o ex-presidente da República, Jair Bolsonaro relacionada a fatos e situações que necessitem de comprovante de vacinação contra a Covid-19", diz a PF.

A Polícia Federal também cita no pedido de busca contra Bolsonaro que o acesso ao aplicativo do ConecteSUS e a emissão do certificado de vacinação se deram por meio do celular de Mauro Cid, então chefe da Ajudância de Ordens do ex-presidente.

Para acessar o documento, diz a PF, foi utilizado o sistema Gov.br, do governo federal, por meio de emails de assessores de Bolsonaro.

"Portanto, não se evidenciou qualquer fato suspeito relacionado à utilização indevida do usuário do ex-presidente da República, por terceiros não autorizados, para acessar o aplicativo ConecteSUS", afirma a PF na representação.

Bolsonaro foi alvo nesta quarta de operação de busca e apreensão da PF e intimado para depor, mas já avisou que não pretende comparecer. Ele vai reunir advogados e assessores para discutir os próximos passos de sua defesa.

A Procuradoria-Geral da República foi contra as buscas solicitadas pela PF. Segundo a PGR, Mauro Cid "teria arquitetado e capitaneado toda a ação criminosa" à revelia do ex-presidente.

"Não há lastro indiciário mínimo para sustentar o envolvimento do ex-presidente da República Jair Bolsonaro com os atos executórios de inserção de dados falsos referentes à vacinação nos sistemas do Ministério da Saúde e com o possível uso de documentos ideologicamente falsos", diz manifestação assinada pela bolsonarista Lindôra Araújo, da PGR.

Moraes discorda da PGR sobre a tese de que Cid atuou sozinho, mas concedeu a busca somente contra Bolsonaro, e não contra Michelle, também investigada no caso.

"Não há qualquer indicação nos autos que conceda credibilidade à versão de que o ajudante de ordens do ex-presidente da República Jair Bolsonaro pudesse ter comandado relevante operação criminosa, destinada diretamente ao então mandatário e sua filha L. F. B., sem, no mínimo, conhecimento e aquiescência daquele, circunstância que somente poderá ser apurada mediante a realização da medida de busca e apreensão requerida pela autoridade policial", afirmou o ministro.

A operação chegou perto do núcleo duro do ex-presidente, com a prisão de três de seus principais auxiliares, o tenente-coronel Mauro Cid, Max Guilherme e Sérgio Cordeiro.

Max e Cordeiro são 2 dos 8 cargos de assessor a que Bolsonaro tem direito como ex-presidente da República. Este último foi, inclusive, quem cedeu a casa para o ex-mandatário realizar lives durante a campanha eleitoral, quando foi proibido de fazê-las no Palácio da Alvorada.

Eles também acompanharam Bolsonaro na sua temporada nos Estados Unidos, após perder a eleição. Max ainda esteve ao lado do ex-presidente em suas primeiras viagens pelo Brasil e nos passeios que tem dado por Brasília, como ao colégio militar.

Os investigadores mapearam duas tentativas de fraude. Na última, os dados teriam sido inseridos para constar que o então presidente e os demais beneficiários teriam sido vacinados e assim pudessem emitir certificado de vacinação para viajar aos Estados Unidos.

A inserção, segundo apuração da reportagem, ocorreu em 21 de dezembro, antes da viagem de Bolsonaro aos EUA. Os dados indicam que Bolsonaro teria recebido duas doses da vacina Pfizer. O presidente negou fraude e disse que nunca se vacinou.

"A apuração indica que o objetivo do grupo seria manter coeso o elemento identitário em relação a suas pautas ideológicas, no caso, sustentar o discurso voltado aos ataques à vacinação contra a Covid-19", afirma a PF.

Os Estados Unidos exigem a apresentação de comprovante de vacina contra a Covid-19 para viajantes —uma obrigatoriedade que será encerrada no próximo dia 11.

Segundo o governo americano, há exceções, como pessoas em viagens diplomáticas ou oficiais de governos estrangeiros. De acordo com a Embaixada dos EUA, fraudar documentos para tentar entrar no país é crime que pode ser punido com multa ou prisão.

A investigação da PF aponta que a chefe da central de vacinação de Duque de Caxias (RJ), Cláudia Helena Acosta Rodrigues da Silva, foi quem retirou do sistema do Ministério da Saúde informações que haviam sido adicionadas do ex-presidente, de sua filha Laura, do tenente-coronel Mauro Cid e de dois familiares do ex-ajudante de ordens da Presidência.

Cláudia Helena teria excluído as informações do sistema no dia 27 de dezembro, poucos dias depois de terem sido inseridos. Segundo informações da PF, os dados foram inseridos para que fossem validados e pudessem ser usados para viagens ao exterior. No entanto, foram excluídos em seguida para que o registro não ficasse visível no sistema.

Procurada, a defesa de Cláudia Helena disse que não vai se manifestar sobre o caso.

MICHELLE

A ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro postou nas redes sociais uma foto segurando um suposto comprovante de vacinação ao lado do médico que teria aplicado o imunizante contra a Covid-19.

"Dr. Albert Levy, formado pela UFRJ [Universidade Federal do Rio de Janeiro], emigrou para Nova York. Ele foi o responsável por me vacinar", escreveu Michelle.

Na foto, ela aparece de máscara, ao lado do médico, que também usa a proteção facial, e segura o seu suposto comprovante de vacinação com uma das mãos. A qualidade da imagem, porém, não permite identificar o que está escrito no papel.

O médico fechou suas contas na rede social após a publicação da ex-primeira-dama. Ele tem uma clínica em Nova York.

Bolsonaro pode responder por até 6 crimes por suposta fraude em cartão de vacinação

A suspeita de adulteração do cartão de vacinação do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e de sua filha mais nova, Laura, pode, se confirmada, levar o ex-presidente a responder por seis crimes previstos no Código Penal.

A Polícia Federal afirmou que os fatos investigados pela operação realizada ontem, na qual Bolsonaro foi um dos alvos, configuram, em tese, a prática de infração de medida sanitária preventiva, associação criminosa, inserção de dados falsos em sistemas de informação e corrupção de menores.

Criminalistas ouvidos pela reportagem consideram, porém, que parte dos delitos citados é de difícil enquadramento. Eles também apontam a hipótese de prática de falsidade ideológica e de uso de documento falso. Se comprovada a utilização do certificado fraudado durante a viagem aos EUA, o ex-presidente também pode responder perante a autoridades daquele país.

Já a chance de prisão do ex-mandatário neste momento em decorrência dessa operação é vista como improvável. Os especialistas afirmam que isso pode mudar se houver risco às investigações.

De acordo com a Polícia Federal, os alvos da operação teriam realizado as inserções falsas entre novembro de 2021 e dezembro de 2022 para que os beneficiários pudessem emitir certificado de vacinação para viajar aos Estados Unidos.

"Quando ele apresenta o certificado de vacinação ao governo americano, ele está cometendo um crime contra o governo americano", afirma o advogado Davi Tangerino, professor de direito da Uerj (Universidade do Estado do Rio de Janeiro).

Bolsonaro disse ontem que não tomou vacina contra a Covid e negou ter adulterado o documento de vacinação para viajar.

GARIMPEIROS

Violência na terra yanomami pressiona Defesa

A recente escalada da violência na Terra Indígena Yanomami fez setores do governo federal se mobilizarem para cobrar do Ministério da Defesa mais apoio nas operações de desintrusão, ou seja, retirada de pessoas não originárias do território.

No final de semana, garimpeiros mataram um indígena a tiros e entraram em confronto com equipes de fiscalização -da PRF (Polícia Federal Rodoviária) e do Ibama (órgão ambiental), resultando em quatro mortes. Outros oito corpos foram encontrados em uma região de garimpo, como revelou a Folha de S.Paulo.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) mobilizou ministros para reagir à situação. Foram feitas reuniões com a presença de nomes como Marina Silva (Meio Ambiente), José Múcio (Defesa), Sonia Guajajara (Povos Indígenas), Rui Costa (Casa Civil) e Flávio Dino (Justiça).

Ontem, uma nova rodada de conversas aconteceu na Casa Civil. Nela, o Ministério dos Povos Indígenas deve apresentar proposta de uma minuta de decreto para permitir que a FAB (Força Aérea Brasileira) abata aeronaves ilegais que estejam voando sobre a Terra Indígena Yanomami.

Como mostrou a Folha de S.Paulo, o espaço aéreo se tornou a principal rota de suprimento do garimpo e do crime organizado no território.No último sábado), um indígena foi morto e dois foram baleados por garimpeiros na região de Uxiú. No domingo passado, em outro ponto do território, equipes da PRF e do Ibama foram recebidas a tiros quando chegavam em um garimpo para uma ação de repressão ao crime organizado. Quatro garimpeiros foram mortos pelos agentes de segurança e foi encontrada grande quantidade de armamento no local. Na segunda-feira, mais oito corpos foram encontrados na região do Uxiú, desta vez de não indígenas, e a Polícia Federal enviou grupos de elite para o local.

A sequência marca o ponto mais agudo da operação de desintrusão do garimpo no território yanomami, que começou em janeiro, com o decreto de emergência sanitária após visita de Lula ao local registrar a grave situação de saúde da comunidade, que sofria com malária e desnutrição.

Arnaldo Niskier

Membro da Academia Brasileira de Letras, Doutor Honoris Causa da Unirio e Professor de História e Filosofia da Educação

Academia ganha novo filólogo

Ao eleger, com 35 votos, o professor Ricardo Cavaliere para o seu quadro de membros efetivos, a Academia Brasileira de Letras ganhou um novo filólogo, para fazer companhia ao consagrado mestre que é Evanildo Bechara, hoje presidente da sua Comissão de Lexicografia e Lexicologia. Ele chega à Casa de Machado de Assis cheio de planos e ideias, como a realização do dicionário que sempre foi um sonho da instituição.

Graduado em Letras(1975) e Direito (1996), Cavaliere obteve os títulos de mestre (1990) e doutor (1997) em Língua Portuguesa pela UFRJ. É professor aposentado pela Universidade Federal Fluminense e membro da Academia Brasileira de Filologia. Sua candidatura foi muito apoiada por Evanildo Bechara, hoje com 95 anos, que queria fazê-lo seu sucessor, numa entidade que quer editar um dicionário e já tem produzidos o Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa e o Vocabulário Onomástico, que nasceu na minha gestão como presidente da ABL e que precisa de uma revisão.

Nessa disputa, Cavaliere derrotou o quadrinista Maurício de Souza, o famoso pai da Turma da Mônica. Era a substituição da professora Cleonice Berardinelli, morta aos 106 anos de idade. Cavaliere é um dos maiores especialistas em letras e linguística do país. Ganhou por larga margem de votos, prevalecendo nessa eleição a ideia que gibi não era literatura de verdade. Maurício respondeu que quadrinhos são revolucionários porque ficam entre a literatura e as artes gráficas. Lembrou que Will Eisner, pai de "Spirit", nos ensinou que a linguagem dos quadrinhos "é uma revolução de ideias".

A vitória de Cavaliere representa um grande feito para os aficionados da língua portuguesa. Mas Maurício de Sousa prometeu, na noite da eleição, que inistirá na ideia de pertencer aos quadros da ABL. "Tenho grandes projetos para ela", afirmou em São Paulo.

CONGRESSO

Lira diz que articulação é maior problema de Lula

O presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), afirmou ontem que o principal problema do governo Luiz Inácio Lula da Silva (PT) é a articulação política. Para ele, os ministros fazem diversas reuniões, mas tomam poucas decisões diante de cenários complexos.

"O governo Lula tem algumas facilidades de articulação, mas ao mesmo tempo esse é o maior problema do governo. Ele reúne, reúne, reúne e não decide", afirmou. "No Senado e na Câmara o governo tem suas dificuldades, e o nosso receio é que essa inação, numa conversa clara e tranquila com o presidente Lula, ele entende isso, teve ontem com os seus ministros essa conversa, é para que o governo reaja", disse em entrevista à GloboNews.

Lira ainda afirmou que o governo Lula precisa entender que a relação do Executivo com os demais Poderes mudou de 2002 para 2023, com leis e estruturas que "modificaram o comando do país", e que o governo precisa se "moldar" ao novo momento da democracia brasileira.

Ele ainda fez críticas aos ministros Alexandre Padilha (Relações Institucionais) e Rui Costa (Casa Civil).

"Padilha infelizmente é o ministro da articulação política. A cobrança tem que começar por ele, mas se estende à Casa Civil, aos assessores mais próximos do presidente, aos ministros da Esplanada, líderes da Câmara e Senado. É um conjunto que precisa estar andando afinado, senão não toca a letra correta, vai tocar desafinado", completou.

Como exemplo da falta de articulação política, Lira citou a situação das invasões do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra). Apesar de o governo posicionar-se contra as ações dos sem-terra, o presidente da Câmara acredita que falta ação efetiva do Executivo para debelar a crise.

"Eu recebi na minha casa membros do MST acompanhados pelo (líder do PT na Câmara) Zeca Dirceu. O agro pode conviver com a agricultura familiar tranquilamente no país (...) Mas o movimento saiu da minha casa e invadiu dois Incras, a Embrapa, quatro fazendas na Bahia, um em Alagoas, outro no Mato Grosso do Sul", disse.

"O governo, os ministros sinalizaram contra (as invasões), mas o governo não age com rigor", afirmou. "Fiz o convite para sentar à mesa, mas não teve sequer ninguém que deu retorno para que nós sentássemos num governo que é a favor do movimento, que tem o movimento como aliado, um presidente que foi eleito com essa sensibilidade, com um Congresso que não tem nada contra. Jogam fora a oportunidade", reclamou. O presidente da Câmara ainda disse que vê um esforço do Congresso para evitar que as crises da articulação política e o embate promovido pela oposição afetem a discussão sobre o novo arcabouço fiscal.

"O arcabouço não está em risco, acredito que não. Eu penso que esse projeto não é de governo, não pode ser poluído como projeto de governo. Vamos trazer a nova regra. Ela foi bem recebida, faltaram alguns detalhes e será corrigida no plenário", disse.

As dificuldades do governo Lula para ajustar a articulação política, com bancadas cada vez maiores na Câmara e difusas, impediu o governo de consolidar o apoio político no Legislativo. Dessa forma, lideranças aliados ao Planalto não sabem qual o tamanho da base na Câmara.

OUTONO: Dia de sol com poucas nuvens e névoa ao amanhecer e a noite. Manhã Tarde Noite 29º 19º 5% 06:25 17:40

TRANSPORTE

Justiça mantém proibição aos tuk-tuks nas ruas de São Paulo

A Justiça de São Paulo manteve ontem a proibição aos tuk-tuks na capital paulista.

A empresa Grilo, que opera um aplicativo de transporte que usa os triciclos elétricos, havia entrado com um mandado de segurança contra o veto da prefeitura, alegando que a medida era ilegal.

Segundo a juíza Patricia Persicano Pires, da 16ª Vara da Fazenda Pública, a proibição não foi feita com a intenção de inviabilizar a concorrência ou a livre iniciativa, como a empresa alegou, mas de trazer "um mínimo de regulamentação" ao tema.

A empresa argumentava que a suspensão não tinha validade, uma vez que a prefeitura usou como base um decreto municipal que proíbe o uso de motocicletas -e não triciclos- para o transporte por aplicativo.

A Grilo também afirmou que a falta de regulação para o transporte por tuk-tuk na cidade não seria impeditivo para oferecer o serviço, e que a proibição feria os princípios de liberdade econômica e da livre iniciativa.

Sobre a diferença entre motocicletas e triciclos, a juíza disse que os dois veículos são definidos como ciclomotores pelo Código Nacional de Trânsito.

O documento também determina que passageiros de ciclomotores devem usar capacete e vestimentas de proteção, e Pires diz que não está claro se há exceção para essas regras para os tuk-tuks da empresa, que têm cabine fechada, com portas.

Segundo a magistrada, por enquanto não há indícios de que a proibição fere direitos da empresa. Ela também diz que não há motivo para analisar o caso com urgência, como pedia a Grilo.

A juíza também disse que os documentos apresentados pela Grilo não esclarecem se os tuk-tuks da estão de acordo com as normas de trânsito.

"Não há prova de que os veículos postos em circulação pela impetrante tenham sido devidamente registrados, licenciados e emplacados, tampouco que eles coincidam com o certificado emitido pelo Senatran, sendo certo que a impetrante não trouxe cópia do processo citado", escreve Patrícia Pires.

GUERRA

Rússia ordena duplicação da produção de mísseis

O ministro da Defesa russo, Serguei Shoigu, pediu à estatal Tactical Missiles Corporation para dobrar sua produção de mísseis para a Guerra da Ucrânia, segundo mensagem veiculada pela televisão oficial na terça-feira passada.

"As ações das unidades russas que conduzem a operação especial dependem em grande parte do reabastecimento de estoques de armas, equipamentos militares e meios de destruição", disse Shoigu. Ele acrescentou que as empresas de defesa foram instruídas a aumentar rapidamente "o ritmo e o volume de produção".

Embora Moscou e Kiev enfrentem desafios de abastecimento bélico, especialistas desconfiam que a Rússia tem ficado sem munição de alta precisão, já que o lançamento de mísseis contra a Ucrânia diminuiu nos últimos meses.

Na terça, o Ministério da Defesa do Reino Unido disse que os problemas logísticos são centrais no conflito e que Moscou não tem munição suficiente para ter êxito na ofensiva. "A Rússia continua dando a mais alta prioridade à mobilização de sua indústria de defesa, e ainda assim não consegue atender às demandas do tempo de guerra", afirmou a pasta.

O país europeu já havia feito apontamentos nessa direção. Em dezembro passado, a inteligência militar britânica disse que a Rússia estava limitando seus ataques com mísseis de longo alcance contra a Ucrânia devido à falta de armamento; em março, Londres voltou a ventilar a desconfiança ao dizer que Moscou provavelmente estava racionando projéteis de artilharia ou usando explosivos desatualizados.

A falta de armamento também incomodou o russo Ievgueni Prigojin, chefe da milícia privada Wagner, que atua na guerra. O empresário disse na última segunda-feira (1º) que suas tropas estavam recebendo apenas um terço dos projéteis de artilharia de que precisavam para o ataque à cidade de Bakhmut, no leste da Ucrânia. Há meses Prigojin reclama da falta de suprimentos de Moscou e diz que o apoio reduzido está atrapalhando a ofensiva russa em um momento de escalada do conflito.

Durante o inverno europeu, a Ucrânia reforçou suas defesas antiaéreas, e agora Kiev está se preparando para lançar um esperado contra-ataque usando centenas de armas doadas por aliados. Em paralelo, milhares de soldados voltaram recentemente de uma série de treinamentos no Ocidente.

Moscou, por sua vez, acirrou as investidas, o que fez a guerra ganhar novo fôlego. Na semana passada, a Rússia realizou seu maior ataque de mísseis sobre o território ucraniano em quase dois meses, matando quase 25 pessoas, e, na madrugada desta quarta-feira, teria lançado 26 drones kamikaze ao país vizinho, de acordo com o Exército ucraniano, que diz ter repelido 21 deles.

Também nesta quarta, a Rússia acusou a Ucrânia de estar por trás de um suposto ataque a drones ao Kremlin —a sede do governo em Moscou. Segundo as autoridades, o objetivo seria assassinar o presidente do país, Vladimir Putin. A alegação, sem base em quaisquer evidências, foi refutada por Kiev. "A Ucrânia trava uma guerra exclusivamente defensiva, e não ataca alvos no território da Rússia", afirmou Mikhail Podoliak, principal assessor do presidente Volodimir Zelenski, no Twitter.

A guerra de versões não impediu o Kremlin de divulgar nota afirmando que "o lado russo se reserva o direito de tomar medidas de retaliação onde e quando considerar adequado".

A declaração foi encarada como uma indicação de que Moscou pretende usar o episódio para intensificar ainda mais o conflito —e gerou suspeitas de uma operação de "bandeira falsa", ou seja, um ataque contra si mesmo para iniciar uma guerra, retaliar adversários ou escalar uma situação estabelecida.

Na segunda, o ministro da Defesa ucraniano, Oleksii Reznikov, afirmou que as condições-chave para o sucesso eram disponibilidade de armas e pessoas treinadas. "A partir de hoje, estamos entrando na reta final, quando podemos dizer: 'Sim, está tudo pronto'", disse Reznikov, em comentários televisionados sobre a contraofensiva.

REIVINDICAÇÃO

Servidores da Fundação Casa entram em greve

Os servidores da Fundação Casa entraram em greve nesta quarta-feira. A paralisação começou após o Sitsesp (sindicato que representa a categoria) recusar uma proposta de 6% de reajuste salarial do Governo de São Paulo. A entidade pede um aumento de 15%.

Segundo o sindicato, a adesão à greve foi de 80% em todo estado neste primeiro dia.

A entidade diz ainda que todas as atividades pedagógicas foram suspensas desde a meia-noite desta quarta-feira. A Fundação Casa, porém, nega que isso tenha acontecido e afirma que o funcionamento está normal em todas as unidades.

O Tribunal Regional do Trabalho (TRT-SP) determinou que 80% do quadro de funcionários devem permanecer nas unidades durante a paralisação, com multa diária de R$ 200 mil em caso de descumprimento.

Em reunião de conciliação na tarde desta quarta-feira, o TRT propôs uma cláusula que suspende a paralisação enquanto as negociações continuarem. Outro encontro foi marcado para o dia 16.

O sindicato afirmou que, por enquanto, a paralisação segue mantida para esta quinta-feira.

Na última proposta do governo, o reajuste foi fixado em 6%, além de aumentos no vale-refeição, vale-alimentação e auxílios creche e funeral. A entidade da categoria classificou a proposta de "migalha".

"O governo estadual também realizará as avaliações de desempenho previstas no Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS) relativas aos anos de 2017, 2018 e 2019, ao longo dos próximos três semestres, viabilizando a possibilidade de progressão funcional nas carreiras", disse a Fundação Casa, em nota.

A tentativa de proposta ocorreu no mesmo dia em que o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), enviou proposta de reajuste de 20% para policiais.

RECIPROCIDADE

Lula retoma vistos para turistas dos EUA, Austrália, Canadá e Japão

O Brasil voltará a exigir que turistas dos Estados Unidos, Austrália, Canadá e Japão apresentem visto para entrar no país. A decisão, publicada no Diário Oficial desta quarta-feira e entra em vigor a partir de outubro, revoga uma medida promovida pelo ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) que dispensava os vistos de forma unilateral.

A Folha de S.Paulo já havia antecipado que o governo havia tomado uma resolução nesse sentido em março deste ano. Uma possibilidade estudada pela administração à época era retomar o princípio de reciprocidade. Adotado historicamente pelo Itamaraty, ele prevê cobrar de cidadãos dos outros países as mesmas regras que estes Estados determinam para os brasileiros.

Então Ministério das Relações Exteriores estudava o impacto da medida para o turismo. No caso dos Estados Unidos, o aumento do número de turistas de 2018 para 2019 foi de 12%, saindo de 391 mil para 439 mil. Em 2022, vieram 355 mil americanos, abaixo do nível pré-pandemia.

Já no Japão, houve um decréscimo de 4% no fluxo de visitantes entre 2018 e 2019, de 59 mil para 56 mil. Em 2022, foram 16,8 mil turistas oriundos do país asiático.

Bolsonaro anunciou a revogação da necessidade às vésperas da viagem que faria para os Estados Unidos, para encontrar o então presidente, Donald Trump, em março de 2019.

A isenção de visto se aplicou aos que viajam ao Brasil para fins de turismo, negócios, trânsito e atividades artísticas e esportivas. Também se estendeu para pessoas "em situações excepcionais por interesse nacional".

Ex-STF

Aposentado, Lewandowski recebe a bênção do Papa Francisco em Roma

O ministro aposentado do Supremo Tribunal Federal (STF) Ricardo Lewandowski (**foto**) cumprimentou e recebeu a bênção do Papa Francisco, em Roma.

Ele viajou ao país para participar de um seminário sobre tributação e economia digital na Universidade Sapienza. No evento, Lewandowski defendeu que as cortes supremas devem reinterpretar as normas constitucionais à luz das mudanças sociais e refletir sobre novas formas de tributação.

O ministro se aposentou no mês passado, depois de 17 anos no Supremo. Ele presidiu a própria corte, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) nas eleições gerais de 2010, o Senado --e chegou a ocupar a própria Presidência da República interinamente.

Lewandowski recebeu de volta sua carteira da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e está montando um escritório de advocacia na zona central de Brasília. Agora, deve se dedicar a dar pareceres e a atuar como advogado em causas que considere relevantes.

Doutor e livre-docente em direito do Estado pela USP, Lewandowski tem também mestrado na área de Relações Internacionais pela Fletcher School of Law and Diplomacy, em cooperação com Harvard.

PEDRO LADEIRA/FOLHAPRESS

Nota

CARRO INVADE FEIRA EM SP E ATROPELA AO MENOS 7 PESSOAS EM BARRACA DE PASTEL

Um veículo desgovernado invadiu uma feira no início da tarde desta quarta-feira na região da Vila Prudente, zona leste de São Paulo, ferindo ao menos sete pessoas que estavam em um barraca de pastel. De acordo com informações preliminares do Corpo de Bombeiros, que atendeu a ocorrência, a motorista de um Volkswagen Polo teria passado mal e desmaiado ao volante, perdendo o controle do veículo. A maioria das vítimas sofreu queimaduras, que teriam sido provocadas pelo óleo do tacho da barraca, e foi encaminhada para o pronto-socorro do Tatuapé. Entre os feridos há também uma mulher de 60 anos que foi socorrida pelo helicóptero Águia da Polícia Militar com traumatismo cranioencefálico. Ele foi levada para o pronto-socorro do Mandaqui. Outros feridos foram socorridos pelo Samu (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência), mas não está claro quantas pessoas foram atendidas.

BELA VISTA EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO S.A.
CNPJ/MF nº 47.312.779/0001-44 - NIRE 35.300.601.432

Ata de AGE realizada em 30/03/2023: 1. Data, Hora e Local: Realizada em 30/03/2023, às 14h00min, na sede social Bela Vista Empreendimento Imobiliário S.A. ("Cia"), situada na Avenida das Nações Unidas, nº 14.401, 5º andar – Parte B, Torre B1, conjunto 54, Sala 04, Vila Gertrudes - CEP: 04.794-000, no Município de São Paulo, no Estado de São Paulo. **2.** Presença e Convocação: Dispensada face à presença das acionistas representando a totalidade do capital social, nos termos do artigo 133, §4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. **3.** Mesa: Srs. Rodrigo Costa Melo, Presidente; e Bruno Martins Guerra, Secretário. **4.** Ordem do Dia: Deliberar sobre: (i) a redução do capital social da Cia; e (ii) Alteração do Artigo 5º do Estatuto Social da Cia. **5.** Deliberações: Instalada a sessão e cumpridas todas as formalidades legais, as Acionistas aprovaram a lavratura da presente Ata na forma do sumário dos fatos ocorridos, conforme faculta o Artigo 130, §1º, da Lei nº 6.404/76, e deliberaram conforme abaixo: 5.1. Os Acionistas deliberam sobre a redução do capital social da Cia, por julgá-lo excessivo em relação aos objetivos da Cia, em R$ 6.000.000,00, mediante o cancelamento de 6.000.000 de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal de emissão da Cia, nos termos do Artigo 173 da Lei das S.A., passando o capital da Cia de R$ 20.001.000,00, dividido em 20.001.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal para R$ 14.001.000,00, dividido em 14.001.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. 5.1.1. A Cia observará o prazo de 60 (sessenta) dias previsto no artigo 174, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, para oposição de credores para que a redução se torne efetiva, sendo que a data de início para exercício deste direito pelos credores será a publicação da presente ata no jornal. 5.1.2. O montante total a ser restituído às Acionistas será pago após transcorrido o prazo de oposição de credores descrito no item 5.1.1 acima, na proporção das participações de cada uma das Acionistas e sem que haja a incidência de correção sobre o valor a ser creditado às Acionistas entre a data desta deliberação e o efetivo pagamento às Acionistas. 5.2. Em decorrência das deliberações supracitadas, o Artigo 5º do Estatuto Social da Cia passa a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 5. O capital da Cia, totalmente subscrito e parcialmente integralizado é de R$ 14.001.000,00, dividido em 24.001.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal."**6.** Quórum das Deliberações: Todas as deliberações foram aprovadas por unanimidade, sem reserva ou restrições. **7.** Encerramento e Lavratura da Ata: nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, foi suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura desta ata, que, lida e achada conforme, foi por todos os presentes assinada no respectivo livro de registro de assembleias gerais da Cia, arquivado na sede social da Cia. Mesa: Rodrigo Costa Melo – Presidente; Bruno Martins Guerra – Secretário. Certifico e dou fé que esta ata é cópia fiel da ata lavrada no livro próprio. São Paulo/SP, 30/03/2023. Mesa: Rodrigo Costa Melo – Presidente; Bruno Martins Guerra - Secretário

REINO UNIDO

Com presença de Lula, Charles III vai ser coroado no sábado

Várias pessoas já estão acampadas entre o Palácio de Buckingham e a Abadia de Westminster, em Londres, aguardando as cerimônias de coroação do rei Charles III, no próximo sábado.

A segurança foi reforçada e 30 mil policiais estarão nas ruas de Londres nos próximos dias. Na noite passada, um homem foi detido no exterior do Palácio de Buckingham.

Nenhum outro herdeiro do trono britânico esperou tanto tempo para ser coroado.

A rainha Elizabeth II morreu em setembro do ano passado, aos 96 anos, no Castelo de Balmoral, na Escócia, depois de cumprir 70 anos de reinado. Ela assumiu o trono britânico em 1952 e foi a monarca mais longeva da história da coroa britânica.

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva acompanhará, em Londres, a cerimônia de coroação. A visita à Inglaterra inclui também reunião bilateral com o primeiro-ministro britânico, Rishi Sunak, o chefe de governo do Reino Unido (o chefe de Estado é o próprio rei).

O rei Charles III será o 40º monarca a receber a coroa na Abadia de Westminster, em uma cerimônia religiosa que é realizada há mais de 900 anos e que passou a seguir os rituais da Igreja Anglicana, após sua criação pelo rei Henrique VIII, em 1534. Antes de ler o juramento, o novo rei será ungido com óleos aromáticos, em cerimônia que envolve músicas e leituras.(*Com informações da RTP - Rádio e Televisão de Portugal - Colaborou Pedro Rafael Vilela*)

Nota

JUSTIÇA DO PARAGUAI REAGE A ACUSAÇÕES DE FRAUDE NA ELEIÇÃO

Após as eleições que consolidaram a hegemonia do partido Colorado e impuseram à oposição mais uma derrota, foi o terceiro colocado no pleito que virou foco de atenção no Paraguai. Autoridades reagiram ao recrudescimento de protestos de apoiadores de Paraguayo Cubas, candidato que é comparado a Jair Bolsonaro (PL) pelo extremismo nos discursos. Ao longo de terça-feira, a Polícia Nacional prendeu ao menos 74 pessoas, a Justiça Eleitoral fez uma denúncia coletiva contra os envolvidos por "atos contra o Estado".